DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

DESTAQUES DO PERÍODO

Em 12 de novembro de 2021, a **Cemig** celebrou um instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças da Renova com veículo de investimento da **Angra Partners** pelo valor de R$ 60 milhões.

Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo de venda da UPI **Enerbrás** para Vinci no valor de R$ 265,8 milhões.

Em 01 de dezembro de 2021, concluiu-se a venda da participação da Companhia na **Brasil PCH S.A.**, e parte dosrecursos foram utilizados para o pagamento antecipado do DIP.

Em 13 de dezembro 2021, a Companhia entrou em Operação Teste, e hoje possui 45 turbinas em **Operação Comercial**, todas pertencentes ao Projeto **Alto Sertão III**.

Em 21 de dezembro de 2021 a Companhia nomeou a Vestas como seu fornecedor para prestação de serviço de Operação e Manutenção dos Aerogeradores do **Alto Sertão III**.

Em 15 de fevereiro de 2022, saiu a decisão da arbitragem onde reconhecia a **rescisão** unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia, e no dia 10 de março a decisão foi **suspensa** pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em 15 de março de 2022, foi homologado o processo de venda da UPI **Cordilheira dos Ventos** para AES no valor de R$ 42 milhões.

No último trimestre de 2021 o **Lucro** foi de R$ 160,2 milhões, enquanto no ano de 2021 foi de R$ 30,7 milhões.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

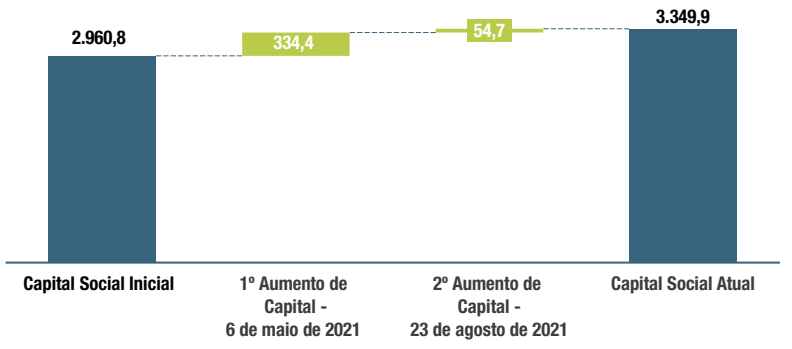
No ano de 2021, foi colocado em marcha um amplo processo de alienação de ativos, que permitiu sanar dívidas, retomar obras e investimentos, recuperar a confiança de fornecedores e atrair investimentos para o Projeto Alto Sertão III - Fase A.

A Companhia alienou a participação acionária detida na empresa Brasil PCH S.A. (que reúne 13 usinas de pequeno porte localizadas em Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e Enerbrás (controladora indireta das PCHs Colino I, Colino II e Cachoeira da Lixa). Com as duas operações, a Renova Energia passou a concentrar a sua atuação no desenvolvimento, implantação e geração de energia elétrica de fontes eólica e solar.

Também foram alienados os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B para a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, além de homologada, em 15 de março de 2022 a venda da UPI Cordilheira dos Ventos (constituída por parte dos ativos e direitos dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó) para a AES GF1 HOLDING S.A., sendo que, neste caso, se a implantação do projeto superar a capacidade de 305 MW, a Companhia terá direito a um *earn-out*.

Além da revisão do *portfolio* de ativos, a Renova Energia também atraiu um novo investidor: o Angra Partners - que adquiriu a participação acionária e os créditos detidos pela Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT (subsidiária da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG) na Renova Energia. O fechamento e a conclusão dessa operação estão aguardando o cumprimento de certas condições precedentes previstas nos documentos.

Ao longo de 2021, foram realizados dois aumentos de capital, previstos no Plano de Recuperação Judicial da Empresa, a partir da conversão de créditos, diminuindo o endividamento total do Grupo Renova:



As obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A - um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina -, foram retomadas na Bahia e a Diretoria da Aneel, acolhendo por unanimidade o Recurso interposto pela Companhia, determinou o arquivamento dos procedimentos que visavam a cassação das outorgas do empreendimento (Leilões de Energia de Reserva - LER, 2013 e 2014).

O ano de 2021 também marcou o fim das discussões com a GE Energias Renováveis Ltda. (GE), encerrando a arbitragem em torno dos Contratos de Fornecimentos de Aerogeradores para o Complexo Alto Sertão III - Fase A. Nesse contexto, também foi confirmada a contratação da GE para a prestação de serviços relacionados à conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A.

Finalmente, em dezembro de 2021, a Companhia iniciou a operação teste de alguns parques do Complexo Alto Sertão III - Fase A, que hoje conta com 45 turbinas em operação comercial, adicionando 132 MW de potência instalada ao sistema nacional a partir da Subestação Pindaí II.

A conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, deverá acontecer até o final do terceiro trimestre de 2022, totalizando investimentos superiores a R$ 2,5 bilhões em 155 aerogeradores, 4 subestações e 208 km de linhas de transmissão, distribuídos em 26 projetos, em 6 municípios do estado da Bahia (Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Riacho de Santana e Guanambi). O conjunto terá capacidade instalada de 432,7 MW de energia, o suficiente para abastecer até 1 milhão de residências de acordo com o padrão Aneel.

Além de Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, a Companhia desenvolve um *portfolio* de projetos com potencial de geração de 5,7 GW de energia renovável com 60% das Licenças Ambientais já emitidas.

O fator de capacidade de geração de energia das áreas onde a Companhia tem parques eólicos implantados ou em fase de desenvolvimento é maior que a média dos parques eólicos instalados no país.

2. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA - ESG

A Companhia segue comprometida com a transição energética para uma nova economia de baixo carbono, perfeitamente alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU - Organização das Nações Unidas:

- 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL — Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
- 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA — Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
- 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS — Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
- 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES — Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, reponsáveis e inclusivas a todos os níveis

Somos ESG:

MEIO AMBIENTE

A Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar com respeito aos ecossitemas e em estrita consonância com a legislação ambiental, homologando parceiros de negócios alinhados com esses valores.

Durante o ano de 2021, realizamos diversas campanhas para conscientização socioambiental, como a Campanha de Prevenção e Combate às Queimadas.

SOCIAL

A Companhia não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou midiática). Respeitamos e valorizamos as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crenças, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil e idade.

Hoje 35% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres, sendo que na gestão da obra elas representam 40%. Durante a obra do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A contamos com o apoio de cerca de 1.600 pessoas, dentre colaboradoes diretos e terceiros.

Dos nossos colaboradeores diretos, 43% se declaram como brancos, 43% como pardos, 11% como pretos e 3% como amarelos.

Mantemos diálogo abrangente e constante com as Comunidades em que atuamos, com foco em compromissos comuns e de longo-prazo voltados para desenvolvimento local sustentável, a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, em estrita observância da Legislação e do nosso Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

Nesse sentido, a Companhia está finalizando, por meio de uma consultoria especializada (Golder/WSP), a elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) para as comunidades de Olho D'Água e Gurunga, nas proximidades do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A.

Em um clima de entendimento e construção participativa, os comunitários são informados sobre os seus direitos como comunidades tradicionais e contribuem com as equipes no levantamento das principais problemáticas que enfrentam em relação às atividades de instalação do Complexo Alto Sertão III - Fase A.

GOVERNANÇA E COMPLIANCE

A Companhia adota as melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance com atenção a seis pilares mandatórios:

Nossas ações são fundamentadas em canal de comunicação próprio e direto: o Canal Transparência, que funciona como um coletor aberto por meio do qual colecionamos sugestões críticas, denúncias e potenciais conflitos para tratamento, apuração, correção e prevenção. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos e funciona como uma ferramenta de comunicação proativa e independente, imparcial e anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de quaisquer dos valores e condutas preconizadas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADO

Renova Energia						
(Valores em R$ mil)	4T21	4T20	Variação	2021	2020	Variação
Receita operacional bruta	32.248	22.957	40,5%	100.416	74.300	35,1%
(–) Impostos - Pis e Cofins	(2.014)	(1.132)	77,9%	(6.604)	(3.803)	73,7%
Receita operacional líquida (ROL)	**30.234**	**21.825**	**38,5%**	**93.812**	**70.497**	**33,1%**
Custos não gerenciáveis	(176)	(253)	-30,4%	(813)	(889)	-8,5%
Custos gerenciáveis	(22.550)	(21.448)	5,1%	(79.941)	(39.094)	104,5%
Depreciações e amortizações	(21)	(1.568)	-98,7%	(84)	(6.789)	-98,8%
Resultado bruto	**7.487**	**(1.444)**	**-618,5%**	**12.974**	**23.725**	**-45,3%**
Despesas administrativas	(121.457)	(35.541)	241,7%	(217.646)	(112.213)	94,0%
Depreciações e amortizações administrativas	(496)	(1.159)	-57,2%	(2.031)	(5.925)	-65,7%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(9.235)	–	n.a	(9.235)	(3.646)	153,3%
Receitas (despesas) financeiras	(132.070)	268.347	-149,2%	(277.465)	26.577	-1144,0%
Resultado de equivalência patrimonial	26.340	24.333	8,2%	134.228	131.590	2,0%
Amortização da mais-valia	–	(9.075)	n.a	–	(36.303)	n.a
Ganho na alienação de ativos	393.995	–	n.a	395.422	–	n.a
IR e CS	(4.344)	(88)	4836,4%	(5.560)	(1.371)	305,5%
Lucro líquido de exercício	**160.220**	**245.373**	**-34,7%**	**30.687**	**22.434**	**36,8%**

A Companhia apresentou um lucro de R$ 160,2 milhões no último trimestre de 2021 em comparação com o lucro de R$ 245,4 milhões do último trimestre de 2020. O resultado do ano de 2021 deve-se, principalmente a: (i) Ganho na alienação de ativos, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014), (v) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, e (vi) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Energia Comercializadora.

4. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Renova Energia estava dividido da seguinte maneira:

Renova Energia						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	**26.328.648**	**47,42%**	**1**	**0,00%**	**26.328.649**	**24,05%**
Cemig GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	15,65%	0	0,00%	8.686.842	7,93%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	0	0,00%	884.252	0,81%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	2,96%	0	0,00%	1.642.183	1,50%
Outros Acionistas	**29.193.220**	**52,58%**	**53.958.179**	**100,00%**	**83.151.399**	**75,95%**
Renato do Amaral Figueiredo[1]	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestrategia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
Ricardo Lopes Delneri	7.628.670	13,74%	18.481.269	34,25%	26.109.939	23,85%
Outros	13.363.526	24,07%	24.703.654	45,78%	38.067.180	34,77%
Total	**55.521.868**	**100,00%**	**53.958.180**	**100,00%**	**109.480.048**	**100,00%**

[1] Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

5. GLOSSÁRIO

Complexo Alto Sertão III Fase A ("AS III - Fase A") - 26 parques eólicos da Renova Energia, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 2014 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,70 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

ESPRA - Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova Energia e composta pelas 3 PCHs da Companhia.

LER - Leilão de Energia de Reserva.

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização.

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL.

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas.

PPR - Programa de Participação de Resultados.

DIP - Empréstimo na modalidade *Debtor in Possession.*

ESG - A sigla em inglês para *"environmental, social and governance"* (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa.

ONU - Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de dezembro de 2021 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores expressos em milhares de Reais

Ativos	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	7	354.110	29.374	234.209	10.070
Aplicações financeiras	7	5.278	18.777	–	–
Contas a receber de clientes	8	6.231	4.220	–	150
Tributos a recuperar	9	11.963	12.687	1.060	218
Partes relacionadas	26	–	–	21.455	25.879
Dividendos a receber	11.4	–	–	27.139	42.724
Adiantamentos a fornecedores		1.631	722	1.520	511
Despesas antecipadas		3.736	1.090	118	161
Outros créditos		566	595	31.031	259
		383.515	67.465	316.532	79.972
Ativos classificados como mantidos para venda	29	335.908	930.112	177.359	182.387
Total dos ativos circulantes		719.423	997.577	493.891	262.359
Não circulantes					
Aplicações financeiras	7	254	296	254	296
Cauções e depósitos vinculados	10	–	–	–	–
Depósitos judiciais	19	3.667	3.198	2.802	2.385
Partes relacionadas	26	–	–	156.229	176.659
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	11	–	–	468.337	1.038.857
Imobilizado	12	1.557.299	1.295.801	5.027	6.387
Total dos ativos não circulantes		1.561.280	1.299.355	632.709	1.224.644
Total dos ativos		2.280.703	2.296.932	1.126.600	1.487.003

Passivos e patrimônio líquido negativo	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Circulantes					
Fornecedores	14	115.880	45.492	33.057	9.485
Empréstimos e financiamentos	15	252.508	380.461	252.303	380.348
Tributos a recolher	16	15.719	11.064	5.374	5.179
Salários, encargos e férias a pagar		9.061	7.471	9.061	7.471
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	17	36.418	17.373	–	–
Arrendamentos a pagar	13	237	684	142	613
Outras contas a pagar	18	100.520	93.538	56.153	29.105
Partes relacionadas	26	49.860	43.131	49.860	43.131
Provisão para contrato oneroso	20	23.465	17.854	–	–
		603.668	617.068	405.950	475.332
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	106.636	107.970	11.457	13.946
Total dos passivos circulantes		710.304	725.038	417.407	489.278
Não circulantes					
Fornecedores	14	199.276	301.826	31.404	44.067
Empréstimos e financiamentos	15	944.957	1.082.641	2.583	–
Debêntures privadas	15	–	–	59.950	51.137
Tributos a recolher	16	14.221	20.275	7.546	3.661
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	17	38.870	40.778	–	–
Arrendamentos a pagar	13	13.240	12.840	70	96
Partes relacionadas	26	742.976	984.641	766.013	1.327.839
Provisão para perda sobre investimentos	11	–	–	311.226	478.687
Provisão para contrato oneroso	20	–	481	–	–
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	181.068	132.826	129.483	132.177
Outras contas a pagar	18	91.111	103.223	56.238	67.698
Total dos passivos não circulantes		2.225.719	2.679.531	1.364.513	2.105.362
Patrimônio líquido negativo	21				
Capital social		3.349.936	2.960.776	3.349.936	2.960.776
(–) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(32.470)	–	(32.470)
Prejuízos acumulados		(3.963.500)	(3.994.187)	(3.963.500)	(3.994.187)
Total do patrimônio líquido negativo		(655.320)	(1.107.637)	(655.320)	(1.107.637)
Total dos passivos e do patrimônio líquido negativo		2.280.703	2.296.932	1.126.600	1.487.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social: Integralizado	Capital Social: Custos na emissão de ações	Reserva de capital Ágio	Outros resultados abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.960.776	(41.757)	1	(32.827)	(4.016.621)	(1.130.428)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	22.434	22.434
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		–	–	–	357	–	357
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Aumento capital social - emissão de ações	21.b	389.160	–	–	–	–	389.160
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	30.687	30.687
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	21.d	–	–	–	32.470	–	32.470
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21	3.349.936	(41.757)	1	–	(3.963.500)	(655.320)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Demonstrações Dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receita líquida	22	93.812	70.497	–	–
Custos dos serviços					
Custo com compra de energia		(71.943)	(32.439)	–	–
Custo de operação		(7.998)	(6.655)	–	–
Depreciações e amortizações	12	(84)	(6.789)	(84)	(639)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(813)	(889)	–	–
Total	23	(80.838)	(46.772)	(84)	(639)
Resultado bruto		12.974	23.725	(84)	(639)
Receita (despesas)					
Gerais e administrativas		(103.978)	(90.491)	(15.938)	(62.238)
Depreciações e amortizações	12	(2.031)	(5.925)	(1.526)	(5.292)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(9.235)	(3.646)	–	–
Outras receitas (despesas) líquidas		(113.668)	(21.722)	(37.035)	3.251
Total	23	(228.912)	(121.784)	(54.499)	(64.279)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	134.228	95.287	(161.789)	90.068
Ganho na alienação de ativos	1.2	395.422	–	393.995	–
Total		300.738	(26.497)	177.707	25.789
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		313.712	(2.772)	177.623	25.150
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		13.950	138	2.983	(713)
Despesas financeiras		(291.415)	26.439	(149.919)	(2.003)
Total	24	(277.465)	26.577	(146.936)	(2.716)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.247	23.805	30.687	22.434
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(6.010)	(1.433)	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		450	62	–	–
Total	25	(5.560)	(1.371)	–	–
Lucro líquido do exercício		30.687	22.434	30.687	22.434
Lucro líquido por ação básico e diluído (expresso em reais - R$)	28			0,41	0,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Lucro líquido do exercício		30.687	22.434	30.687	22.434
Outros resultados abrangentes					
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	21	–	357	–	357
Resultado abrangente total do exercício		30.687	22.791	30.687	22.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receitas					
Vendas de energia	22	100.416	74.300	–	–
Outras receitas		15.519	3.061	553	2.018
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(80.866)	(40.069)	–	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(197.115)	(83.599)	(49.201)	(49.921)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(9.235)	(3.646)	–	–
Valor adicionado bruto		(171.281)	(49.953)	(48.648)	(47.903)
Depreciação	12, 23	(2.115)	(12.714)	(1.610)	(5.931)
Valor adicionado líquido gerado		(173.396)	(62.667)	(50.258)	(53.834)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	134.228	95.287	(161.789)	90.068
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.2	395.422	–	393.995	–
Receitas financeiras		14.607	230	3.130	(649)
Valor adicionado total a distribuir		370.861	32.850	185.078	35.585
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Salários e encargos		12.760	7.402	1.982	4.590
Honorários da administração	26.5	10.245	8.931	1.591	5.538
Benefícios		4.336	3.901	387	1.739
FGTS		1.617	1.570	192	788
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		17.751	9.795	733	2.365
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		223.818	(28.485)	85.437	(5.332)
Aluguéis		207	603	2	99
Outros		69.440	6.699	64.067	3.364
Lucro líquido do exercício		30.687	22.434	30.687	22.434
Valor adicionado total distribuído		370.861	32.850	185.078	35.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		30.687	22.434	30.687	22.434
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12.2 e 12.4	2.096	12.714	1.610	5.931
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	9.235	3.646	–	–
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.8	941	2.625	941	986
Comissões e outras penalidades	15	43.541	(9.006)	43.186	–
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15.4	155.676	(5.422)	35.434	9.266
Apropriação dos custos sobre empréstimos	15.4	14.392	103	13.275	–
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	17.1	17.903	2.433	–	–
Multa sobre ressarcimento	17.1	30.312	17.593	–	–
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	48.976	21.908	(1.960)	25.717
Provisão (reversão) para contrato oneroso	20	5.130	(14.734)	–	–
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	24	(13.428)	(1.205)	(2.708)	(329)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	24, 26	39.538	(12.533)	39.484	(16.206)
Juros sobre contas a pagar		20.345	(8.728)	2.261	1.254
Juros sobre passivo de arrendamento	13, 24	5.315	5.354	1.809	2.180
Atualização depositos judiciais		(104)	1.127	(70)	1.140
Tributos diferidos		(983)	(135)	–	–
Ganho na alienação de ativos	1.2	(407.965)	–	(406.538)	–
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	(134.228)	(95.287)	161.789	(90.068)
Perda no investimento	21.d	7.936	–	7.936	–
Perdão da dívida		(125)	–	(125)	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(4.207)	(4.974)	150	(124)
Depósitos judiciais		(635)	415	(347)	(992)
Tributos a recuperar		750	(2.876)	(629)	(60)
Despesas antecipadas		(2.508)	(481)	43	(135)
Adiantamentos a fornecedores		(1.092)	(235)	(1.009)	(192)
Outros créditos		29	5.391	(286)	10.028
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		37.783	8.505	2.351	4.233
Tributos a recolher		(186)	(4.794)	(3.338)	(2.971)
Salários e férias a pagar		(13.782)	(3.688)	1.040	(2.657)
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	17.1	(20.764)	(10.299)	–	–
Outras contas a pagar		11.148	2.168	1.629	2.070
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.106)	(1.814)	–	–
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	15.4	(98.760)	(1.388)	(58.501)	–
Dividendos recebidos	11.4	71.363	132.670	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(147.777)	61.487	(131.886)	(28.495)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aportes de capital em investidas	11.3.2 e 31	–	–	(358.843)	–
Recursos para futuro aumento de capital	11.3.2	–	–	(167.355)	–
Recebimento na alienação de ativos	1.2	1.069.244	–	1.009.437	–
Aplicações financeiras		8.867	(26.328)	6.137	6.393
Aquisição de imobilizado	12 e 31	(229.307)	(5.039)	(10.918)	(3.223)
Partes relacionadas	26.3	–	–	(14.086)	(120.358)
Caixa advindo da incorporação de controlada	11.3.3	–	–	4	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		848.804	(31.367)	464.376	(117.188)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Integralização de ações	21.b e 31	1.604	–	1.604	–
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	15.4	362.465	–	455.808	51.000
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	15.4	(14.392)	–	–	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15.4 e 31	(718.901)	(17.877)	(558.772)	–
Pagamento de passivos de arrendamento		(8.165)	(7.067)	(4.796)	(3.480)
Partes relacionadas	26.3	(314)	26.311	(2.195)	108.152
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(377.703)	1.367	(108.351)	155.672
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		323.324	31.487	224.139	9.989
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	29.374	4.782	10.070	81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício*	7	352.698	36.269	234.209	10.070
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		323.324	31.487	224.139	9.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(*) O Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais: A Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Renova", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção ("Grupo Renova"):

PCH		Consolidação	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)[2]	(a)	Integral	100,00	–	100,00	–
Energética Serra da Prata S.A.[2]	(b)	Integral na Enerbras	–	99,99	–	99,99
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(c)	Integral	99,99	–	99,99	–
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial[5]	(d)	Integral	–	–	99,99	–

Eólico		Consolidação	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial[1]	(e)	Integral	99,99	–	99,99	–
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial[1]	(e)	Integral na Alto Sertão	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial[1]	(f)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial[1]	(g)	Integral na Diamantina	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial[3]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Azalea Participações S.A.[4]	(h)	Integral na Fase B	–	–	–	–
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial[1]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial[1]	(i)	Integral	99,99	–	99,99	–
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial[5]	(h)	Integral	–	–	99,99	–
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e)	Integral	99,99	–	99,99	–
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h)	Integral na Bela Vista XIV	–	99,99	–	99,99
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial[5]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial[5]	(h)	Integral	99,99	–	99,99	–
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k)	Integral	99,99	–	99,99	–
SF 120 Participações Societárias S.A.[2]	(k)	Integral	99,99	–	–	–

UFV (Usina Fotovoltaica)		Consolidação	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial[5]	(h)	Integral	–	–	99,99	–
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial[5]	(h)	Integral	–	–	99,99	–

Comercialização		Consolidação	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j)	Integral	100,00	–	100,00	–

Holding		Consolidação	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k)	Integral	100,00	–	100,00	–
Espra Holding S.A.[5]	(k)	Integral	–	–	99,99	–
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.[5]	(k)	Integral	–	–	99,99	–
SF 123 Participações Societárias S.A.[5]	(k)	Integral	–	–	99,99	–

PCH		Controle compartilhado não consolidado	% Participação 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Brasil PCH S.A.	(l)	Indireto pela Chipley	–	–	–	51,00

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda. Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B. Nota 4: refere-se a UPI Fase B, mencionada no plano de recuperação judicial, alienada em 05 de abril de 2021. Nota 5: empresas incorporadas em 22 de novembro de 2021. (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"). (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobras"), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e entrou em operação em 2008. (c) Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial ("Renova PCH"), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. (d) Chipley SP Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Chipley") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos. (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2013 ("LER 2013") - vide nota 1.1. (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. (i) Controlada direta tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2014 ("LER 2014") - vide nota 1.1. (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial ("Renova Comercializadora"), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. (l) Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs. A participação na Brasil PCH foi alienada em 01 de dezembro de 2021 (Nota 1.2.2). **1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014:** Entre fevereiro e março de 2022, sete parques entraram em operação comercial, sendo seis do LER 2013 e um do LER 2014. A expectativa da Companhia é que os demais parques entrem em operação comercial até setembro de 2022. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 17). Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), decidiu (i) arquivar os termos de intimação nº 25/2019 a nº 50/2019, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG; (ii) afastar a aplicação do inciso IV da Subcláusula 12.1 do Contrato de Energia de Reserva - CER para os parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, vencedores do LER 2014; (iii) afastar a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pela Companhia referente às usinas do Complexo Alto Sertão III - Fase A; (iv) determinar à SFG nova análise para avaliação da aplicação das penalidades previstas nos Editais do LER 2013 e LER 2014, em decorrência do atraso na conclusão dos projetos, de responsabilidade da Companhia; e (v) determinar à Superintendência de Concessões e Autorizações da Geração - SCG que avalie a vigência das Garantias de Fiel Cumprimento das usinas em atendimento aos Editais do 5º LER 2013 e 6º LER 2014 e ao art. 13 da Resolução Normativa nº 876/2020. **1.2 Venda de ativos: 1.2.1 UPI Fase B:** Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova, no qual o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("PSS"), gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor com a oferta no valor de R$58.386. Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a Companhia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital e nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. Inicialmente, a operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R$ 50.730, após ajustes pré-fechamento que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. Após transferência dos direitos remanescentes o valor da operação foi ajustado para R$59.807. Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda a operação sem considerar os efeitos tributários:

Descrição	Valor
Valor da venda	59.807
Custo do investimento	(58.380)
Ganho na alienação	1.427

1.2.2 UPI Brasil PCH: Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos LTDA. ("Mubadala Consultoria"), subsidiária indireta da Mubadala Capital LLC e detida indiretamente pela Mubadala Investment Company PJSC, para a aquisição de 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela Companhia ("UPI Brasil PCH"), pelo valor de R$ 1.100.000, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A. ("SF 369"), subsidiária do Mubadala Consultoria, como vencedora do Leilão, tendo em vista a ausência de manifestação de interessados no Leilão até o dia 01 de agosto de 2021, tendo o Juízo da Recuperação Judicial homologado esse resultado do Leilão em 05 de agosto de 2021. Em 14 de setembro de 2021 as acionistas da Brasil PCH S.A., BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A., optaram por exercer o direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de titularidade do Grupo Renova, nas mesmas condições previstas na oferta realizada pelo Primeiro Proponente, a SF 369. O referido exercício ocorre em estrita observância das regras, procedimentos, direitos e deveres das partes no Acordo de Acionistas Brasil PCH. Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R$ 1.100.000.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda[(a)]	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos. A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias. **1.2.3 UPI Enerbras:** Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Vinci Energia") por meio de sua investida V2I Energia S.A. ("V2I Energia"), tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferências, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da Espra, pelo valor de R$ 265.800, na condição de primeiro proponente (*Stalking Horse*). O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em 24 de novembro de 2021, o processo competitivo da UPI Enerbras foi homologado pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova, declarando como vencedora a Vinci Energia por meio de sua controlada da V2I Energia, pelo valor de R$ 265.800, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. **1.2.4 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3)):** Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. ("AES") da totalidade das ações da Nova Energia S.A. detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação. A AES mantém garantia no valor total de R$14.856 (*Earn-Out*), atualizados a 100% do CDI, que poderá ser paga à Companhia. Em março de 2019, o Consorcio MGT, prestador de serviço dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão II, ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral parcial, no valor de R$34.103 e em 8 de abril de 2020 sobreveio a sentença arbitral final, liquidando a condenação de mérito adicional em valor de R$43.391. A referida sentença transitou em julgado apenas em 1º de junho de 2020 com prazo de 30 dias para pagamento. Diante da ausência de consenso sobre a concursalidade de tal crédito à recuperação judicial e a liberação das garantias para pagamento da condenação, a AES ingressou com medida cautelar pré-arbitral, obtendo em 22 de junho de 2020 liminar para liberação das *escrows accounts* no montante de R$ 43.391 mediante oferecimento de seguro garantia judicial em valor equivalente, sem o acréscimo de 30%. Atualmente, embora o incidente ajuizado na recuperação judicial esteja pendente de julgamento, no procedimento arbitral específico instaurado pela AES houve o reconhecimento da inexistência de um direito de crédito a ser incluído na recuperação judicial (extraconcursalidade do crédito), havendo declaração de possibilidade de pagamento pela AES ao Consórcio MGT com movimentação das *escrows accounts* e condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridas pela AES, que totalizam R$4.537 pagos em 02 de fevereiro de 2022, prazo previsto na sentença arbitral. **1.3 Inundação da Casa de Força - PCH Colino I:** As fortes chuvas verificadas na região dos Municípios de Vereda e Jucuruçu, Estado da Bahia, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021, elevaram sobremaneira os níveis do Rio Colino, resultando na inundação da Casa de Força da PCH Colino I e, consequentemente, na interrupção da produção de energia elétrica. A autorização para a exploração do Potencial Hidrelétrico da PCH Colino I é detida pela controlada indireta Espra. Os procedimentos de drenagem da Casa de Força e planejamento das atividades necessárias ao restabelecimento das unidades geradoras já foram iniciados e as avaliações conduzidas até o momento na PCH Colino I não indicam qualquer impacto que ameace a segurança do empreendimento ou ao meio ambiente. Esse incidente não afeta à capacidade de pagamento tempestivo das obrigações dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas. **1.4 Recuperação judicial:** Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data. Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo. Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executas as seguintes ações previstas nos planos: i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* ("DIP") para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III -Fase A., no valor de R$ 350.000 (nota 15); ii) alienação da UPI Fase B (nota 1.2.1); iii) alienação da UPI Brasil PCH (nota 1.2.2); iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH; v) alienação da UPI Enerbras (nota 1.2.3), que aguarda o cumprimento das condições precedentes para fechamento da operação; vi) A Companhia continua empenhada em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento (nota 32.1); vii) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. Seis parques estão em operação comercial e um em operação teste. Até junho de 2022 todos os demais estarão em operação comercial; Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2021. Foram realizados pagamentos no montante de R$567.869, destes R$387.556 na forma de conversão em ações da Companhia.

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	40	5	(539)	–	202	19.817
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	–	–	(163.914)	–	45.187	933.336
Classe III - credores quirografários	877.732	2.368	(5)	(5.289)	(387.556)	13.136	500.386
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	–	–	(571)	–	140	3.562
Total	1.953.897	2.408	–	(170.313)	(387.556)	58.665	1.457.101

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	20.109	–	–	20.109
Classe II - credores com garantia real	1.023.329	(10.000)	38.734	1.052.063
Classe III - credores quirografários	876.019	–	1.713	877.732
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	–	–	3.993
Total	1.923.450	(10.000)	40.447	1.953.897

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma: a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados). b) Valor adicional de até R$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados). c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo: i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR. ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI. Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A. A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R$100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, UPI Brasil PCH e ainda outros eventos previstos nos planos, a Companhia amortizou o montante de R$163.857. A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

a) Pagamentos iniciais no montante de até R$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R$ 1 em até 90 dias e mais R$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).

b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R$ 100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma: a) Pagamentos iniciais no montante de até R$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R$ 1 em até 90 dias e mais R$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados). b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial. c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação. d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses. Os credores de seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro. A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI. A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (http://ri.renovaenergia.com.br). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito. **1.5 Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou lucro líquido de R$30.687, capital circulante líquido positivo, possui também prejuízos acumulados de R$3.963.500 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$655.320. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 deve-se, principalmente a: (i) Ganho na alienação de ativos, no montante de R$395.422, (ii) resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R$134.228, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R$277.465 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R$30.312, (v) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R$13.668 e (vi) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no montante R$31.994. O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano (i) em 05 de março de 2021 a Companhia recebeu o montante de R$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020, (ii) com recursos em caixa, deu andamento a contratação dos fornecedores e retomou a obra dos parques do Alto Sertão III, finalizado 7 parques, dos quais 6 estão em operação comercial e 1 em operação teste, (iii) em 05 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B (Azalea), no montante posteriormente ajustado de R$ 59.807, reforçando o caixa para cumprimento do plano, (iv) em 01 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação da UPI Brasil PCH, no valor de R$ 1.009.437, e com esse recurso quitou o DIP e pagou seus credores conforme previsto nos planos, (v) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.3 junto à potenciais interessados, e vi) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R$387.556 (notas 21). A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. **1.6 COVID-19 - Coronavírus - Impactos para a Companhia:** A pandemia da COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica. As empresas operacionais da Companhia, Espra e Brasil PCH (até 1º de dezembro de 2021), possuem contratos PROINFA (no ambiente regulado), e não sofreram nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás. Ademais, a Companhia, cercada de todos os cuidados necessários retomou a construção dos seus parques eólicos que gerarão energia para atender ao mercado livre e regulado, estando sete deles em operação comercial e os demais até o terceiro semestre de 2022. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes da COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas. De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc. **2. Principais políticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia. **2.2 Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022. **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue: **2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3.2 Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem a mais-valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. **2.3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.3.5 Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria. **2.3.6 Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. b) Tributos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A controlada indireta Espra e as controladas, Itapuã VII e SF 120 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras. c) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.3.7 Ativo imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos. As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar. b) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. c) Provisão para desmantelamento: As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos. **2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros: a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria: • Caixa e equivalentes de caixa (nota 7); • Aplicações financeiras (nota 7); • Cauções e depósitos vinculados (nota 10); e • Transações com partes relacionadas (nota 26). a.2) Mensurados pelo custo amortizado: A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8). b) Passivos financeiros: b.1) Mensurados pelo custo amortizado: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem: • Fornecedores (nota 14); • Empréstimos e financiamentos (nota 15); • Contas a pagar - CCEE e Eletrobras (nota 17); e • Transações com partes relacionadas (nota 26). c) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **2.4 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional *Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: a) Em vigor a partir de janeiro de 2021: Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16): Em setembro de 2020, o IASB publicou a segunda fase da Reforma da Taxa de Juros de Referência, que estabelece emendas aos seguintes pronunciamentos contábeis: - CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamentos: - CPC 11 - IFRS 4: Contratos de Seguro; - CPC 38 - IAS 39: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; - CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação; - CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos Financeiros. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu, a IFRS 17 - Contratos de seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Alterações ao CPC 26/IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo: a) Redução ao valor recuperável (*impairment*): Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 12.9. b) Provisão para perdas judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos, cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19. c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27. d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 12. e) Contrato oneroso: Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato). **4. Das autorizações vigentes: 4.1 Mercado regulado (ACR):**

PCH	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
Eólico					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

4.2 Mercado livre (ACL)

Eólico	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II)(1)	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW

continua

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

Eólico	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II)(1)	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes. Nota(1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 18.

5. Comercialização de energia: 5.1 Mercado regulado (ACR):

			Valores				Prazo			
Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R$)	Preço atualizado MWh (R$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009,08	65.174	121,35	418,37	mai-08	abr-28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.296,91	57.903	121,35	418,37	set-08	ago-28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.369,71	41.084	121,35	418,37	jul-08	jun-28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	165,91	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	179,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	175,53	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	163,38	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	164,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	163,56	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	166,71	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,80	164,83	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	166,01	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.287,66	56.940	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.037,92	80.592	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630,13	45.552	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro

5.2 Mercado livre (ACL): A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para a parte relacionada CEMIG GT que totaliza 66,8 MW médios (não revisado) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 26.4). **6. Segmentos operacionais:** A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia: a) PCH - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação. b) Eólico - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III. c) Comercialização - Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia. d) Administrativo - Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia. As informações por segmento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2021	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	43.813	416	49.583	–	93.812
Custos não gerenciáveis	(813)	–	–	–	(813)
Margem bruta	43.000	416	49.583	–	92.999
Custos gerenciáveis	(15.702)	(119.365)	(58.690)	(103.830)	(297.587)
Depreciações e amortizações	–	(505)	–	(1.610)	(2.115)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	–	(9.235)	–	–	(9.235)
Resultado de equivalência patrimonial	134.228	–	–	–	134.228
Ganho na alienação de ativos	393.995	1.427	–	–	395.422
Receita financeira	1.656	8.705	684	2.905	13.950
Despesa financeira	(87.638)	(62.667)	(456)	(140.654)	(291.415)
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	–	(3.752)	–	(5.560)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	467.731	(181.224)	(12.631)	(243.189)	30.687
31/12/2021					
Ativos totais	211.222	1.795.655	30.597	243.229	2.280.703
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025	2.936.023

31/12/2020	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	47.128	–	23.369	–	70.497
Custos não gerenciáveis	(889)	–	–	–	(889)
Margem Bruta	46.239	–	23.369	–	69.608
Custos gerenciáveis	(10.108)	(60.719)	(19.645)	(60.835)	(151.307)
Depreciação	(6.150)	(634)	–	(5.930)	(12.714)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	–	(3.646)	–	–	(3.646)
Resultado de equivalência patrimonial	95.287	–	–	–	95.287
Receita financeira	687	44	228	(821)	138
Despesa financeira	(6.534)	38.543	2.154	(7.724)	26.439
Imposto de renda e contribuição social	(1.367)	–	(4)	–	(1.371)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118.054	(26.412)	6.102	(75.310)	22.434
Ativos totais	704.077	1.527.433	48.275	17.147	2.296.932
Passivos totais	100.615	1.590.972	31.394	1.681.588	3.404.569

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Caixa		44	10	8	1
Bancos conta movimento		6.313	15.678	266	10.069
Aplicações financeiras de liquidez imediata		391.893	19.136	233.935	–
Aplicações financeiras		254	36.304	254	296
		398.504	71.128	234.463	10.366
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	29.2	(38.862)	(22.681)	–	–
Total		359.642	48.447	234.463	10.366
Apresentados como:					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		354.110	29.374	234.209	10.070
Aplicações financeiras		5.278	18.777	–	–
Não circulante					
Aplicações financeiras		254	296	254	296
Total		359.642	48.447	234.463	10.366

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 98,92% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Comercialização Mercado livre		5.773	4.070
CCEE		458	–
Eletrobras - ESPRA		6.591	4.395
Outros		–	150
Total		12.822	8.615
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	(6.591)	(4.395)
Total		6.231	4.220

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

9. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
IRRF a compensar		738	147	414	117
Saldo negativo de IRPJ a compensar		7.604	5.294	535	–
COFINS a recuperar		1.895	5.811	–	–
PIS a recuperar		420	1.262	–	–
ICMS a recuperar		1.142	–	–	–
Outros tributos a compensar		173	208	111	101
		11.972	12.722	1.060	218
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	(9)	(35)	–	–
Total		11.963	12.687	1.060	218

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2022. A Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS a recuperar acumulados originários das despesas de TUST das suas controladas do Alto Sertão III e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R$ 1.298 para os créditos de PIS e R$ 5.977 para os créditos da COFINS com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização nos próximos anos, visto que essas controladas passarão a adotar o regime tributário da Cumulatividade para apuração dessas contribuições (atrelado a adoção do regime de tributação do Lucro Presumido) em consonância com a entrada em operação comercial desses projetos no exercício de 2022.

10. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	31/12/2021	31/12/2020
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	12.322	11.813
	Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)			(12.322)	(11.813)
			Total não circulante	–	–

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. **11. Investimentos: 11.1 Composição dos investimentos:** O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
PCH		
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	–	(12)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	–	960.249
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	(9.992)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.386)	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	4.200
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(5.643)	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.104	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.167	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.100)	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.252)	(5.524)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(473)	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.731)	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(358)	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(52)	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	17.835	(3.249)
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial	(33.739)	(25.534)
Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. - Em recuperação judicial	–	(44)
Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. - Em recuperação judicial	–	(164)
Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. - Em recuperação judicial	–	(110)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.539)	(1.720)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	67.881	71.490
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	–	(212)
Outras participações (1)	–	(61)
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(233.326)	(169.760)
Total	157.111	560.170
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	468.337	1.038.857
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(311.226)	(478.687)
Total	157.111	560.170

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota (1).

11.2 Informações sobre investidas: As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2021						31/12/2020					
Companhia	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.100	100,00	101.955	–	(37.528)	21.045	5.170.101	100,00	101.955	–	(24.806)	21.219
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	–	–	(8)	359.784	99,99	360	(12)	–	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	–	–	–	–	(152.595)	61.830	744.871.373	99,99	744.871	960.249	(7.741)	91.128
Eólico												
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532	–	(146.203)	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(208.298)	–	(9.437)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	196	–	(5.373)	17.361.558	99,99	17.362	2.918	–	(621)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)	–	(1.443)	7.559.824	99,99	7.560	(2.459)	–	(824)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.378.687	99,99	17.379	(5.229)	–	(5.686)	14.996.736	99,99	14.997	(2.028)	–	(511)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)	–	(7.080)	19.142.404	99,99	19.142	(3.397)	–	(732)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	4.430	–	5.873	23.542.317	99,99	23.542	(3.606)	–	(357)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)	–	(971)	6.885.612	99,99	6.886	(2.092)	–	(637)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)	–	4.386	18.011.571	99,99	18.012	(9.992)	–	(492)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)	–	(980)	4.614.138	99,99	4.614	(1.766)	–	(491)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)	–	(5.320)	14.215.026	99,99	14.215	(4.118)	–	(572)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)	–	2.770	13.014.445	99,99	13.014	(11.782)	–	(609)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	2.192	–	(4.444)	16.493.153	99,99	16.493	4.200	–	(601)
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)	–	(4.298)	10.421.120	99,99	10.421	(3.391)	–	(375)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	4.104	–	7.429	19.464.696	99,99	19.465	(4.395)	–	1.020
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.552.944	99,99	20.553	3.167	–	7.296	19.346.653	99,99	19.347	(5.460)	–	1.125
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)	–	(3.946)	11.530.260	99,99	11.530	(1.162)	–	(222)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)	–	1.768	6.428.922	99,99	6.429	(5.524)	–	(216)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	(473)	–	2.019	6.598.699	99,99	6.599	(3.514)	–	(171)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(1.731)	–	645	3.903.274	99,99	3.903	(3.339)	–	(191)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(358)	–	(269)	2.181.078	99,99	2.181	(715)	–	(217)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(52)	–	46	3.143.392	99,99	3.143	(783)	–	(236)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	149.949.272	99,99	149.949	17.835	–	(2.470)	130.234.571	99,99	130.235	(3.249)	–	343
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)	–	(16.975)	1.408.975	99,99	1.409	(25.534)	–	(10.253)
Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. - Em recuperação judicial	–	–	–	–	–	(10)	32.338	99,99	32	(44)	–	(11)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)	–	(1.196)	244.293.570	99,99	244.294	(1.720)	–	(400)
Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. - Em recuperação judicial	–	–	–	–	–	(22)	968.664	99,99	969	(164)	–	(29)
Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. - Em recuperação judicial	–	–	–	–	–	(2)	883.194	99,99	883	(110)	–	(16)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	–	–	(3)	22.973	100,00	23	(212)	–	(211)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	76.212.136	99,99	76.212	67.881	–	(6.284)	73.722.950	99,99	73.723	71.490	–	(2.227)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	–	–	(319)	12.640.157	99,99	12.640	–	–	(73)
Outras participações (1)	–	–	–	–	–	(28)	–	–	–	(61)	–	(15)
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)	–	(63.566)	524.038.918	100,00	524.039	–	–	–

Nota (1): Demais empresas listadas na Nota 1.

11.3 Movimentação dos investimentos: 11.3.1 Consolidado

	Investimento			
	Custo	Mais-valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.227	466.126	(32.827)	552.526
Equivalência patrimonial/amortização da mais-valia	131.590	(36.303)	–	95.287
Dividendos propostos	(132.670)	–	–	(132.670)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)1	–	–	357	357
Transferência para ativo mantido para venda2	(118.147)	(429.823)	32.470	(515.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	134.228	–	–	134.228
Dividendos propostos	(71.363)	–	–	(71.363)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)1	–	–	24.534	24.534
Baixa do investimento2	(62.865)	–	(24.534)	(87.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–	–	–

Nota(1): a então controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de *Swap* para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como *Hedge* de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R$15.561, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R$7.936, registrando no período uma reversão de R$24.534, equivalentes à sua participação de 51%. Nota(2): conforme mencionado na nota 1.2.2, em dezembro de 2021 a Companhia alienou a sua participação na Brasil PCH. **11.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado - Brasil PCH S.A.** A Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto. A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes). O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio. De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto), datada de 30 de novembro de 2021, considerando a alienação da participação em 01 de dezembro de 2021 (Nota 1.2.2):

Balanço Patrimonial em 30 de Novembro de 2021 (Consolidado)

Ativos	30/11/2021	31/12/2020	Passivos e patrimônio líquido	30/11/2021	31/12/2020
Circulantes			**Circulantes**		
Caixa e equivalentes de caixa	129.934	44.991	Debêntures	158.585	109.853
Aplicações financeiras	12.615	23.462	Outros passivos circulantes	56.253	75.576
Outros ativos circulantes	113.348	70.769	Total dos passivos circulantes	214.838	185.429
Total dos ativos circulantes	255.897	139.222			
			Não circulantes		
Não circulantes			Debêntures	606.758	695.531
Imobilizado	1.008.714	1.015.800	Outros passivos não circulantes	123.505	122.150
Outros ativos não circulantes	19.859	16.086	Total dos passivos circulantes	730.263	817.681
Total dos ativos não circulantes	1.028.573	1.031.886			
			Patrimônio líquido	339.369	167.998
Total do ativo	1.284.470	1.171.108	**Total dos passivos e do patrimônio líquido**	1.284.470	1.171.108

Demonstração do Resultado para o Período Findo em 30 de Novembro de 2021 (Consolidado)

	30/11/2021	31/12/2020
Receita líquida	537.892	508.159
Custo com depreciação e amortização	(33.706)	(36.448)
Outros custos	(67.890)	(64.150)
Despesas gerais e administrativas	(16.527)	(15.185)
Reversão (perda) com contrato oneroso	21	(9.396)
Resultado financeiro	(139.409)	(107.840)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(17.189)	(17.120)
Lucro líquido do período	263.192	258.020

O resultado do período findo em 30 de novembro de 2021 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida; (ii) redução da exposição acumulada no contrato oneroso; e (iii) aumento do resultado financeiro negativo em função do aumento nos juros relacionados as debêntures.

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

11.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	Incorporação (nota 11.3.3)	31/12/2021
PCH									
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)2	–	–	–	–	(37.528)	21.045	16.483	–	–
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(12)	14	6	–	–	(8)	–	–	–
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	–	–	24.534	(152.595)	61.830	–	(894.018)	–
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	564.157	158.876	–	–	(146.203)	–	–	368.532
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	2.550	101	–	–	(5.373)	–	–	196
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.844	197	–	–	(1.443)	–	–	(1.861)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	2.382	103	–	–	(5.686)	–	–	(5.229)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	4.326	197	–	–	(7.080)	–	–	(5.954)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	2.007	156	–	–	5.873	–	–	4.430
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.625	120	–	–	(971)	–	–	(1.318)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	3.707	92	–	–	4.386	–	–	(1.807)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.256	104	–	–	(980)	–	–	(1.386)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	3.486	97	–	–	(5.320)	–	–	(5.855)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	3.304	105	–	–	2.770	–	–	(5.603)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	2.337	99	–	–	(4.444)	–	–	2.192
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.971	75	–	–	(4.298)	–	–	(5.643)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	975	95	–	–	7.429	–	–	4.104
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.206	125	–	–	7.296	–	–	3.167
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.932	76	–	–	(3.946)	–	–	(3.100)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	1.458	46	–	–	1.768	–	–	(2.252)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	984	38	–	–	2.019	–	–	(473)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	924	39	–	–	645	–	–	(1.731)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	576	50	–	–	(269)	–	–	(358)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	648	37	–	–	46	–	–	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	22.921	633	–	–	(2.470)	–	–	17.835
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial	(25.534)	3.471	5.299	–	–	(16.975)	–	–	(33.739)
Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. - Em recuperação judicial	(44)	54	–	–	–	(10)	–	–	–
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	1.019	358	–	–	(1.196)	–	–	(1.539)
Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. - Em recuperação judicial	(164)	115	10	–	–	(22)	–	61	–
Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. - Em recuperação judicial	(110)	76	4	–	–	(2)	–	32	–
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	213	2	–	–	(3)	–	–	–
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	2.489	186	–	–	(6.284)	–	–	67.881
SF 120 Participações Societárias S.A.2	–	297	20	–	–	(319)	2	–	–
Outras participações(1)	(61)	81	9	–	–	(28)	–	(1)	–
									–
Comercialização									–
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	–	–	–	–	(63.566)	–	–	(233.326)
Total	560.170	634.405	167.355	24.534	(190.123)	(161.789)	16.485	(893.926)	157.111

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1. Nota 2: Em dezembro de 2020, o saldo do investimento mencionado nas Notas 1.2.3 e 29, foi transferido para ativos circulantes mantidos para venda. O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R$311.226 (R$478.687, em 31 de dezembro de 2020).

Companhia	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	31/12/2020
PCH							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	146.283	–	–	(24.806)	21.219	(142.696)	–
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial	(6)	–	–	–	(6)	–	(12)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	876.505	–	357	(7.741)	91.128	–	960.249
Eólico							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(198.861)	–	–	–	(9.437)	–	(208.298)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	3.539	–	–	–	(621)	–	2.918
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.635)	–	–	–	(824)	–	(2.459)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(1.517)	–	–	–	(511)	–	(2.028)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.665)	–	–	–	(732)	–	(3.397)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	–	–	–	(357)	–	(3.606)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.455)	–	–	–	(637)	–	(2.092)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.500)	–	–	–	(492)	–	(9.992)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.275)	–	–	–	(491)	–	(1.766)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.546)	–	–	–	(572)	–	(4.118)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.173)	–	–	–	(609)	–	(11.782)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.801	–	–	–	(601)	–	4.200
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(3.016)	–	–	–	(375)	–	(3.391)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(5.415)	–	–	–	1.020	–	(4.395)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(6.585)	–	–	–	1.125	–	(5.460)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(940)	–	–	–	(222)	–	(1.162)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.308)	–	–	–	(216)	–	(5.524)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.343)	–	–	–	(171)	–	(3.514)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.148)	–	–	–	(191)	–	(3.339)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(498)	–	–	–	(217)	–	(715)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(547)	–	–	–	(236)	–	(783)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.592)	–	–	–	343	–	(3.249)
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial	(15.281)	–	–	–	(10.253)	–	(25.534)
Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. - Em recuperação judicial	(33)	–	–	–	(11)	–	(44)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.320)	–	–	–	(400)	–	(1.720)
Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. - Em recuperação judicial	(135)	–	–	–	(29)	–	(164)
Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. - Em recuperação judicial	(94)	–	–	–	(16)	–	(110)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	–	–	–	(211)	–	(212)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	27.850	45.867	–	–	(2.227)	–	71.490
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640	–	–	–	(73)	(12.567)	–
Outras participações(1)	(46)	–	–	–	(15)	–	(61)
Comercialização							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(175.746)	–	–	–	5.986	–	(169.760)
Total	611.688	45.867	357	(32.547)	90.068	(155.263)	560.170

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

11.3.3 Reorganização societária (incorporação de controladas): Em 29 de outubro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e a proposta de incorporação, pela Companhia, das controladas (i) Chipley, (ii) Espra Holding S.A., (iii) CMNPAR Fifty-Four Participações S.A., (iv) SF 123 Participações S.A., (v) Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda. - em Recuperação Judicial, (vi) Centrais Eólicas Itapuã V Ltda. - em Recuperação Judicial, (vii) Centrais Eólicas Itapuã XV Ltda. - em Recuperação Judicial, (viii) Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda. - em Recuperação Judicial, e (ix) Parque Eólico Iansã Ltda. - em Recuperação Judicial, nos termos da legislação pertinente e no Protocolo, sem alteração do capital social da Companhia nem a emissão de novas ações pela Companhia, com a consequente extinção das controladas incorporadas e sua sucessão pela Companhia. A incorporação das controladas mencionadas no parágrafo anterior foi efetivada em 22 de novembro de 2021 mediante aprovação nas instâncias societárias competentes de cada uma das controladas. Assim, essas controladas foram extintas e sucedidas pela Companhia em todos os seus ativos, passivos, bens, direitos, obrigações e posições contratuais, de qualquer natureza, de forma automática, para todos os fins. A seguir apresentamos os saldos das controladas incorporadas:

Balanço Patrimonial em 22 de Novembro de 2021 (Incorporadas)

Ativos	22/11/2021	Passivos e patrimônio líquido	22/11/2021
Circulantes		**Circulantes**	
Caixa e equivalentes de caixa	4	Fornecedores	4
Aplicação	3.387	Tributos a recolher	1.656
Tributos a recuperar	213	Empréstimos e financiamentos	72.688
	3.604	Outras contas a pagar	26
		Dividendos a pagar	4.329
Ativos classificados como mantidos para venda	602.899	Total dos passivos circulantes	78.703
Total dos ativos circulantes	606.503	**Não circulantes**	
		Fornecedores	65
Não circulantes		Tributos a recolher	5.139
Debêntures privadas	448.300	Empréstimos e financiamentos	328.533
Partes relacionadas - Renova Energia	116.926	Total dos passivos não circulantes	333.737
Partes relacionadas - Renova Comercializadora	134.637		
Total dos ativos não circulantes	699.863	**Patrimônio líquido**	893.926
Total do ativo	1.306.366	**Total dos passivos e do patrimônio líquido**	1.306.366

11.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	10.177
Dividendos propostos	132.670	32.547
Dividendos recebidos	(132.670)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	42.724
Dividendos propostos	71.363	190.123
Dividendos recebidos	(71.363)	(205.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	27.139

Controladora: o saldo de R$27.139, em 31 de dezembro de 2021, refere-se a dividendos a receber da controlada Enerbras. Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da então controlada indireta Brasil PCH. **12. Imobilizado: 12.1 Consolidado:**

		31/12/2021			31/12/2020		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	–	595	595	–	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(15.693)	30.643	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(25.192)	39.823	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	142	(131)	11	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	–	245	(245)	–
Torres de medição	20%	22.692	(22.591)	101	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.633)	106	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	–	2.372	(2.370)	2
Outros	14%	16	(15)	1	16	(15)	1
		236.949	(97.751)	139.198	236.949	(97.667)	139.282
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.224)	1.132	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(181)	673	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.129	(1.874)	255	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.659	(3.317)	342	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.838	(3.606)	232	3.778	(3.552)	226
		15.836	(13.202)	2.634	15.445	(12.418)	3.027
Estoques							
Almoxarifado geral		153	–	153	17	–	17
Total do imobilizado em serviço		252.938	(110.953)	141.985	252.411	(110.085)	142.326
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		714.141	–	714.141	681.984	–	681.984
Estudos e projetos		1.062	–	1.062	1.062	–	1.062
Terrenos		12.092	–	12.092	12.092	–	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		301.655	–	301.655	273.116	–	273.116
Móveis e utensílios		105	–	105	–	–	–
Torres de medição		4.857	–	4.857	4.566	–	4.566
Aerogeradores		1.536.592	–	1.536.592	1.491.245	–	1.491.245
Equipamentos de subestação		363.131	–	363.131	447.544	–	447.544
Adiantamentos a fornecedores		64.169	–	64.169	679	–	679
Estoques		15.290	–	15.290	–	–	–
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.357.742)	–	(1.357.742)	(1.417.496)	–	(1.417.496)
Total do imobilizado em curso		1.655.352	–	1.655.352	1.494.792	–	1.494.792
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		48.647	(13.093)	35.554	45.005	(11.868)	33.137
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)		(275.592)	–	(275.592)	(374.454)	–	(374.454)
Total imobilizado		1.681.345	(124.046)	1.557.299	1.417.754	(121.953)	1.295.801

12.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassi-ficações entre rubricas[1]	Saldos vinculados aos ativos vendidos (Nota 1.2.1)	31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Usina							
Torres de medição	22.692	–	–	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	–	–	–	–	3.739
Equipamentos de torres	2.372	–	–	–	–	–	2.372
	28.803	–	–	–	–	–	28.803
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.118	11	–	–	–	–	2.129
Softwares	3.339	320	–	–	–	–	3.659
Equipamento de informática	3.778	60	–	–	–	–	3.838
	15.445	391	–	–	–	–	15.836
Estoques							
Almoxarifado geral	–	136	–	(136)	–	–	–
Total do imobilizado em serviço - custo	44.248	527	–	(136)	–	–	44.639
(–) Depreciação							
Geração							
Usina							
Torres de medição	(22.542)	(49)	–	–	–	–	(22.591)
Equipamentos de medição	(3.600)	(33)	–	–	–	–	(3.633)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	–	–	–	–	(2.372)
	(28.512)	(84)	–	–	–	–	(28.596)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(533)	–	–	–	–	(4.224)
Benfeitorias	(146)	(35)	–	–	–	–	(181)
Móveis e utensílios	(1.718)	(156)	–	–	–	–	(1.874)
Softwares	(3.311)	(6)	–	–	–	–	(3.317)
Equipamento de informática	(3.552)	(54)	–	–	–	–	(3.606)
	(12.418)	(784)	–	–	–	–	(13.202)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.930)	(868)	–	–	–	–	(41.798)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(341)	–	(136)	–	–	2.841
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	528.964	46.113	(941)	36.994	(13.018)	–	598.112
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	–	–	1.062
Terrenos	9.070	–	–	3.022	–	–	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	28.539	–	32.216	–	–	301.655
Móveis e utensílios	–	105		–	–	–	105
Torres de medição	3.440	291	–	1.126	–	–	4.857
Aerogeradores	1.483.661	54.347	–	7.584	(9.000)	–	1.536.592
Equipamentos de subestação	304.316	35.866	–	143.228	7.096	(127.375)	363.131
Adiantamentos a fornecedores	679	63.601	–	–	(111)	–	64.169
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.292.351)	(9.235)	–	(122.198)	–	68.989	(1.354.795)
	1.279.741	219.627	(941)	101.972	(15.033)	(58.386)	1.526.980
Estoques							
Almoxarifado geral	–	15.290	–	–	–	–	15.290
Total do imobilizado em curso	1.279.741	234.917	(941)	101.972	(15.033)	(58.386)	1.542.270
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	15.380	4.072	–	(2.938)	(215)	(213)	16.086
(–) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(1.247)	–	(36)	19	4	(3.898)
Total direiro de uso	12.742	2.825	–	(2.974)	(196)	(209)	12.188
Total do imobilizado	1.295.801	222.111	(941)	98.862	(15.229)	(58.595)	1.557.299

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas[1]	31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	–	–	(595)	–	–
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	–	–	(95.797)	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	–	–	(46.336)	–	–
Máquinas e equipamentos	65.015	–	–	(65.015)	–	–
Móveis e utensílios	142	–	–	(142)	–	–
Equipamento de informática	245	–	–	(245)	–	–
Torres de medição	22.692	–	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	–	–	–	3.739
Equipamentos de torres	2.372	–	–	–	–	2.372
Outros	16	–	–	(16)	–	–
	236.949	–	–	(208.146)	–	28.803
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.114	4	–	–	–	2.118
Softwares	3.310	29	–	–	–	3.339
Equipamento de informática	3.524	254	–	–	–	3.778
	15.158	287	–	–	–	15.445
Estoques						
Almoxarifado geral	14	4	(1)	(17)	–	–
Total do imobilizado em serviço - custo	252.121	291	(1)	(208.163)	–	44.248
(–) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.644)	(2.235)	–	27.879	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	(14.429)	(1.264)	–	15.693	–	–
Máquinas e equipamentos	(23.178)	(2.014)	–	25.192	–	–
Móveis e utensílios	(131)	–	–	131	–	–
Equipamento de informática	(245)	–	–	245	–	–
Torres de medição	(22.160)	(382)	–	–	–	(22.542)
Equipamentos de medição	(3.363)	(237)	–	–	–	(3.600)
Equipamentos de torres	(2.350)	(20)	–	–	–	(2.370)
Outros	(14)	(1)	–	15	–	–
	(91.514)	(6.153)	–	69.155	–	(28.512)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(535)	–	–	–	(3.691)
Benfeitorias	(111)	(35)	–	–	–	(146)
Móveis e utensílios	(1.519)	(199)	–	–	–	(1.718)
Softwares	(3.294)	(17)	–	–	–	(3.311)
Equipamento de informática	(3.472)	(80)	–	–	–	(3.552)
	(11.552)	(866)	–	–	–	(12.418)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(103.066)	(7.019)	–	69.155	–	(40.930)
Total do imobilizado em serviço	149.055	(6.728)	(1)	(139.008)	–	3.318
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	679.011	5.597	(2.624)	(153.020)	–	528.964
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	–	1.062
Terrenos	12.092	–	–	(3.022)	–	9.070
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.074	42	–	(32.216)	–	240.900
Torres de medição	3.989	577	–	(1.126)	–	3.440
Aerogeradores	1.491.228	17	–	(7.584)	–	1.483.661
Equipamentos de subestação	445.995	1.549	–	(143.228)	–	304.316
Adiantamentos a fornecedores	679	–	–	–	–	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.413.850)	(3.646)	–	125.145	–	(1.292.351)
Total do imobilizado em curso	1.493.280	4.136	(2.624)	(215.051)	–	1.279.741
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	44.573	2.549	–	(29.625)	(2.117)	15.380
(–) Amortização contratos de arrendamento - custo	(571)	(636)	–	1.207	–	–
(–) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(5.602)	(5.059)	–	8.023	–	(2.638)
Total direiro de uso	38.400	(3.146)	–	(20.395)	(2.117)	12.742
Total do imobilizado	1.680.735	(5.738)	(2.625)	(374.454)	(2.117)	1.295.801

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período. Em 31 de dezembro de 2021 após novas considerações com determinados fornecedores a Companhia reclassificou o montante de R$14.260 para o resultado financeiro.

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

12.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2020 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.591)	101	22.692	(22.542)	150
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.633)	106	3.739	(3.600)	139
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	–	2.372	(2.370)	2
		28.803	(28.596)	207	28.803	(28.512)	291
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.224)	1.132	5.356	(3.691)	1.665
Benfeitorias	4%	854	(181)	673	854	(146)	708
Móveis e utensílios	10%	2.129	(1.874)	255	2.118	(1.718)	400
Softwares	20%	3.659	(3.317)	342	3.339	(3.311)	28
Equipamento de informática	20%	3.820	(3.587)	233	3.760	(3.534)	226
		15.818	(13.183)	2.635	15.427	(12.400)	3.027
Total do imobilizado em serviço		44.621	(41.779)	2.842	44.230	(40.912)	3.318
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		28.040	–	28.040	17.918	–	17.918
Estudos e projetos		1.062	–	1.062	1.062	–	1.062
Terrenos		50	–	50	50	–	50
Adiantamentos a fornecedores		26	–	26	11	–	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.185)	–	(1.185)	(1.185)	–	(1.185)
Total do imobilizado em curso		27.993	–	27.993	17.856	–	17.856
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		22.264	(10.062)	12.202	21.469	(9.319)	12.150
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)		(38.010)	–	(38.010)	(26.937)	–	(26.937)
Total imobilizado		56.868	(51.841)	5.027	56.618	(50.231)	6.387

12.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	–	–	3.739
Equipamentos de torres	2.372	–	–	–	2.372
	28.803	–	–	–	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.118	11	–	–	2.129
Softwares	3.339	320	–	–	3.659
Equipamento de informática	3.760	60	–	–	3.820
	15.427	391	–	–	15.818
Total do imobilizado em serviço - custo	44.230	391	–	–	44.621
(–) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(49)	–	–	(22.591)
Equipamentos de medição	(3.600)	(33)	–	–	(3.633)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	–	–	(2.372)
	(28.512)	(84)	–	–	(28.596)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(533)	–	–	(4.224)
Benfeitorias	(146)	(35)	–	–	(181)
Móveis e utensílios	(1.718)	(156)	–	–	(1.874)
Softwares	(3.311)	(6)	–	–	(3.317)
Equipamento de informática	(3.534)	(53)	–	–	(3.587)
	(12.400)	(783)	–	–	(13.183)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.912)	(867)	–	–	(41.779)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(476)	–	–	2.842
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	11.062	(941)	(10.489)	2.101
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	1.062
Terrenos	50	–	–	–	50
Adiantamentos a fornecedores	11	15	–	–	26
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	–	–	–	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	2.407	11.077	(941)	(10.489)	2.054
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	796	–	(584)	2.473
(–) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(743)	–	–	(2.342)
	662	53	–	(584)	131
Total do imobilizado	6.387	10.654	(941)	(11.073)	5.027

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclas-sificação[1]	Aumento de capital em controladas	31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	22.692	–	–	–	–	–	22.692
Equipamentos de medição	3.739	–	–	–	–	–	3.739
Equipamentos de torres	2.372	–	–	–	–	–	2.372
	28.803	–	–	–	–	–	28.803
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	–	–	–	–	–	5.356
Benfeitorias	854	–	–	–	–	–	854
Móveis e utensílios	2.114	4	–	–	–	–	2.118
Softwares	3.310	29	–	–	–	–	3.339
Equipamento de informática	3.506	254	–	–	–	–	3.760
	15.140	287	–	–	–	–	15.427
Total do imobilizado em serviço - custo	43.943	287	–	–	–	–	44.230
(–) Depreciação							
Geração							
Torres de medição	(22.160)	(382)	–	–	–	–	(22.542)
Equipamentos de medição	(3.363)	(237)	–	–	–	–	(3.600)
Equipamentos de torres	(2.350)	(20)	–	–	–	–	(2.370)
	(27.873)	(639)	–	–	–	–	(28.512)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(3.156)	(535)	–	–	–	–	(3.691)
Benfeitorias	(111)	(35)	–	–	–	–	(146)
Móveis e utensílios	(1.519)	(199)	–	–	–	–	(1.718)
Softwares	(3.294)	(17)	–	–	–	–	(3.311)
Equipamento de informática	(3.454)	(80)	–	–	–	–	(3.534)
	(11.534)	(866)	–	–	–	–	(12.400)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(39.407)	(1.505)	–	–	–	–	(40.912)
Total do imobilizado em serviço	4.536	(1.218)	–	–	–	–	3.318
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	60.368	4.940	(986)	(15.449)	–	(46.404)	2.469
Estudos e projetos	1.062	–	–	–	–	–	1.062
Terrenos	50	–	–	–	–	–	50
Adiantamentos a fornecedores	11	–	–	–	–	–	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	–	–	–	–	537	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	59.769	4.940	(986)	(15.449)	–	(45.867)	2.407
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	23.044	542	–	(19.208)	(2.117)	–	2.261
(–) Amortização contratos de arrendamento	(4.893)	(4.426)	–	7.720	–	–	(1.599)
	18.151	(3.884)	–	(11.488)	(2.117)	–	662
Total do imobilizado	82.456	(162)	(986)	(26.937)	(2.117)	(45.867)	6.387

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período. **12.5 Imobilização em serviço:** A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado. Conforme mencionado na Nota 29, o saldo de imobilizado em serviço existente em 31 de dezembro de 2021 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda. **12.6 Imobilização em curso:** As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Conforme mencionado na Nota 29, o saldo de imobilizado em curso existente em 31 de dezembro de 2021 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda. **12.7 Composição do imobilizado por projeto:** Em 31 de dezembro de 2021 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A[1]			
ACL (Light I)[2]	1.695.014	(701.732)	993.282
LER 2013	911.893	(415.714)	496.179
	2.606.907	(1.117.446)	1.489.461
Alto Sertão III - Fase B[3]			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	106.910	(56.156)	50.754
Outros			
Outras imobilizações em curso[4]	118.618	(3.485)	115.133
Transferência para ativos mantidos para venda	(116.563)	3.485	(113.078)
Total do imobilizado em curso	2.715.872	(1.173.602)	1.542.270

Nota 1: A Companhia retomou as obras para a conclusão dos parques eólicos do Alto Sertão III - Fase A e estima que esses parques entrarão em operação comercial até setembro de 2022 (nota 1.1). Nota 2: Os ativos relacionados ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha "ACL (Light 1)" acima. Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 18.a, a Companhia mantém provisão de R$61.080 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas. Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia. **12.8 Baixa de projetos:** A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia baixou em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$941 referente a projetos descontinuados. **12.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de R$9.235 (R$3.646, em 31 de dezembro de 2020), sendo R$6.288 nos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III e R$2.947 em determinados projetos em desenvolvimento, a qual foi registrada no resultado do exercício findo naquela data. Para os ativos relacionados ao Complexo Alto Sertão III, a Companhia procedeu à revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia *wacc*) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 7,01% ao ano. Para avaliação dos ativos relacionados aos projetos em desenvolvimento foram pesquisados dados desenvolvidos a respeito dos seguintes parâmetros: estágio de desenvolvimento, situação fundiária, medições de vento, dados topográficos, dados geotécnicos, estudos de implantação, conexão regulatória e situação ambiental. A partir desses parâmetros, foi realizado o levantamento da maturidade das entregas de cada projeto, em comparação com a situação esperada de mercado para empreendimentos com grau similar de desenvolvimento, de modo a se propiciar um adequado comparativo de mercado para as condições de cada ativo. **12.10 Bens dados em garantia:** As controladas indiretas Espra e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R$1.489.461, conforme Nota 15.3. **12.11 Desmantelamento:** A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização. **13. Direito de uso - Arrendamentos:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas identificaram 1.787 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.631 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2021 Consolidado	Controladora
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	48.647	22.264
(–) Direito de uso - contrato de arrendamento	(13.921)	(10.062)
	34.726	12.202
Transferência para ativos mantidos para venda	(22.538)	(12.071)
Ativo total	12.188	131

Passivo	31/12/2021 Consolidado	Controladora
Circulante		
Arrendamentos a pagar	9.174	4.991
(–) Juros a apropriar	(4.814)	(1.320)
Total do passivo circulante	4.360	3.671
Não circulante		
Arrendamentos a pagar	80.319	9.920
(–) Juros a apropriar	(48.152)	(1.922)
Total do passivo não circulante	32.167	7.998
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(23.050)	(11.457)
Passivo total	13.477	212

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso. A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Custo		
Amortização direito de uso	830	–
Despesa		
Amortização direito de uso	1.248	743
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	5.315	1.809
Total	7.393	2.552

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado Juros	Principal
Circulante		
2022	4.814	9.174
Não circulante		
2023	4.268	8.178
2024	3.774	7.244
2025	3.406	5.269
2026	3.212	4.115
2027 a 2031	13.692	20.276
2032 a 2036	8.903	13.708
2037 a 2041	6.793	9.919
2042 a 2046	3.531	8.815
2047 a 2051	573	2.795
Total	52.966	89.493

14. Fornecedores:

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020	Controladora 31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores		83.215	41.848	12.426	9.142
Fornecedores recuperação judicial		233.020	305.801	52.035	44.410
		316.235	347.649	64.461	53.552
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29.2	(1.079)	(331)	–	–
		315.156	347.318	64.461	53.552
Apresentados como:					
Circulante		115.880	45.492	33.057	9.485
Não circulante		199.276	301.826	31.404	44.067
Total		315.156	347.318	64.461	53.552

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4, totaliza R$233.020 (consolidado), sendo R$19.727 - Classe I, R$209.779 - Classe III e R$3.514 - Classe IV. Na controladora o total é R$52.035, sendo, R$19.456 - Classe I, R$32.405 - Classe III e R$174 - Classe IV.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas: 15.1 Consolidado

	Custo da Dívida	31/12/2021 Circulante Encargos	Principal	Total	Não circulante Encargos	Principal	Total	Total geral
Moeda Nacional								
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra (15.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)[a]	298	11.643	11.941	2.806	38.943	41.749	53.690
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") (15.6.c)	100% CDI[b]	90	–	90	2.780	315.034	317.814	317.904
Banco Bradesco (15.6.d)	100% CDI[b]	63	–	63	26.866	323.034	349.900	349.963
Banco Itaú (15.6.d)	100% CDI[b]	23	–	23	9.829	118.183	128.012	128.035
Citibank (15.6.d)	100% CDI[b]	16	–	16	6.619	79.585	86.204	86.220
Banco ABC (15.6.d)	100% CDI[b]	9	–	9	3.932	47.273	51.205	51.214
BTG Pactual (15.6.d)	155% CDI	37.567	171.027	208.594	–	–	–	208.594
Citibank (15.6.d)	100% CDI[b]	486	43.222	43.708	–	–	–	43.708
Banco Modal (15.6.d)	0,5% a.a. + TR[b]	–	–	–	–	–	–	–
Banco Bradesco (15.6.d)	0,5% a.a. + TR[b]	2	–	2	48	4.638	4.686	4.688
Banco Itaú (15.6.d)	0,5% a.a. + TR[b]	2	–	2	49	4.504	4.553	4.555
Banco Safra (15.6.b)	0,5% a.a. + TR[b]	1	–	1	26	2.557	2.583	2.584
		38.557	225.892	264.449	52.955	933.751	986.706	1.251.155
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		(298)	(11.643)	(11.941)	(2.806)	(38.943)	(41.749)	(53.690)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		38.259	214.249	252.508	50.149	894.808	944.957	1.197.465

	31/12/2020 Circulante Encargos	Principal	Total	Não circulante Encargos	Principal	Total	Total geral
Moeda Nacional							
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra (15.6.a)	4.410	11.127	15.537	–	50.069	50.069	65.606
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") (15.6.c)	44	–	44	17.187	445.253	462.440	462.484
Banco Bradesco (15.6.d)	32	–	32	12.196	323.034	335.230	335.262
Banco Itaú (15.6.d)	11	–	11	4.461	118.183	122.644	122.655
Citibank (15.6.d)	8	–	8	3.005	79.585	82.590	82.598
Banco ABC (15.6.d)	5	–	5	1.785	47.273	49.058	49.063
BTG Pactual (15.6.d)	16.634	171.027	187.661	–	–	–	187.661
Citibank (15.6.d)	795	188.882	189.677	–	–	–	189.677
Banco Modal (15.6.d)	7	–	7	83	21.386	21.469	21.476
Banco Bradesco (15.6.d)	3	–	3	17	4.674	4.691	4.694
Banco Itaú (15.6.d)	3	–	3	16	4.503	4.519	4.522
Banco Safra (15.6.b)	301	2.709	3.010	–	–	–	3.010
	22.253	373.745	395.998	38.750	1.093.960	1.132.710	1.528.708
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)	(4.410)	(11.127)	(15.537)	–	(50.069)	(50.069)	(65.606)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	17.843	362.618	380.461	38.750	1.043.891	1.082.641	1.463.102

a) 15% de bônus de adimplência.
b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.
Em 31 de dezembro de 2021 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R$945.163, sendo, R$933.336 da Classe II e R$11.827 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.4.

15.2 Controladora

15.2.1 Empréstimos

	Custo da Dívida	31/12/2021 Circulante Encargos	Principal	Total	Não circulante Encargos	Principal	Total	Total geral
BTG Pactual (15.6.d)	155% CDI	37.567	171.027	208.594	–	–	–	208.594
Citibank (15.6.d)	0,5% a.a. + TR[b]	486	43.222	43.708	–	–	–	43.708
Banco Safra (15.6.b)	0,5% a.a. + TR[b]	1	–	1	26	2.557	2.583	2.584
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		38.054	214.249	252.303	26	2.557	2.583	43.708

	31/12/2020 Circulante Encargos	Principal	Total
BTG Pactual (15.6.d)	16.634	171.027	187.661
Citibank (15.6.d)	795	188.882	189.677
Banco Safra (15.6.b)	301	2.709	3.010
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	1.096	191.591	192.687

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

15.2.2 Debêntures privadas

	Custo da Dívida	31/12/2021 Encargos	Principal	Total	Não circulante 31/12/2020 Encargos	Principal	Total
Debêntures privadas (15.6.f)	TR + 0,5% a.a.	143	59.807	59.950	137	51.000	51.137

15.3 Garantias: O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 15.6.a)	BNDES (nota 15.6.c)	Banco BTG (nota 15.6.d)	Total
Recebíveis da Espra	444.707	–	444.707	444.707
Penhor de ações da Enerbras	126.213	–	126.213	126.213
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	133.471	1.489.461	133.471	1.622.932
Caução em dinheiro (Nota 9)	12.322	–	–	12.322
Total	716.713	1.489.461	704.391	2.206.174

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 15.6.

15.4 Movimentação: a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado Principal	Encargos	Total	Controladora Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662
Assunção de dívida de controlada	–	–	–	2.557	–	2.557
Provisão (reversão) dos encargos financeiros	–	(5.422)	(5.422)	–	9.129	9.129
Encargos financeiros pagos	–	(1.388)	(1.388)	–	–	–
Comissões e outras penalidades	(9.006)	–	(9.006)	–	–	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	(17.877)	–	(17.877)	–	–	–
Incorporação de juros ao principal	193.751	(193.751)	–	3.420	(3.420)	–
Apropriação dos custos de captação	103	–	103	–	–	–
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(61.196)	(4.410)	(65.606)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.406.509	56.593	1.463.102	362.618	17.730	380.348

	Consolidado Principal	Encargos	Total	Controladora Principal	Encargos	Total
Empréstimos obtidos	362.465	–	362.465	–	–	–
Assunção do DIP	–	–	–	369.925	44.571	414.496
Provisão dos encargos financeiros	–	155.676	155.676	–	34.129	34.129
Encargos financeiros pagos	–	(98.760)	(98.760)	–	(58.501)	(58.501)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(740.475)	–	(740.475)	(558.772)	–	(558.772)
Penalidade contratual[1]	43.541	–	43.541	43.186	–	43.186
Incorporação de juros ao principal	25.890	(25.890)	–	(151)	151	–
Custo de captação	(14.392)	–	(14.392)	(13.275)	–	(13.275)
Apropriação dos custos de captação[2]	14.392	–	14.392	13.275	–	13.275
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	11.127	789	11.916	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.109.057	88.408	1.197.465	216.806	38.080	254.886

Nota 1: refere-se à penalidade contratual paga a Quadra Capital em razão da quitação antecipada do DIP. Nota 2: considerando a quitação do DIP, o custo de captação do DIP reconhecido inicialmente no passivo, foi reclassificado para o resultado. b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	–	–
Captação de debêntures privadas	51.000	–	51.000
Encargos financeiros provisionados	–	137	137
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.000	137	51.137
Captação de debêntures privadas	455.808	–	455.808
Amortização	(447.001)	–	(447.001)
Encargos financeiros provisionados	–	1.305	1.305
Encargos financeiros pagos	–	(1.299)	(1.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.807	143	59.950

15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos): As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.4):

Ano de vencimento	31/12/2021 Consolidado	Controladora
2023	47.347	130
2024	47.243	129
2025	47.243	129
2026	47.241	129
2027	47.241	129
2028 a 2032	704.802	1.098
2033 a 2036	3.840	839
Total	944.957	2.583

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

15.6 Resumo dos contratos: a. Contrato BNB: A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026. São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R$133.471), o penhor de ações da Enerbras (R$125.086), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R$444.707 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R$12.322, em 31 de dezembro de 2021, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida. Em 28 de abril de 2020, a controlada indireta Espra repactuou o contrato de financiamento com o BNB, segundo Resolução 4.798, de 6 de abril de 2020, do Conselho Monetário do Brasil, suspendendo as parcelas com vencimento de abril a dezembro de 2020 e redistribuindo-as entre as demais parcelas de principal, mantendo-se o prazo final do contrato original. Durante esse período, os encargos serão capitalizados, voltando a ser exigidos juntamente com as novas parcelas de principal. b. Banco Safra: Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial ("Itaparica") assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em razão do pedido de recuperação judicial da Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R$6.097 recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R$2.557, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial. Contudo, o Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundamentado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito. A Companhia opôs embargos à execução que foram julgados improcedentes, possibilitando o prosseguimento da execução com o bloqueio de ativos em 18 de fevereiro de 2022 no valor de R$ 3.591. A Companhia recorreu da referida decisão e distribuiu incidente com pedido de efeito suspensivo junto ao Tribunal, ambos pendentes de julgamento. Embora, anteriormente, o juízo recuperacional tenha decidido pela concursalidade do crédito, o Banco Safra interpôs recurso, que foi provido declarando sua extraconcursalidade. A Companhia também interpôs Recurso Especial contra a referida decisão que está pendente de julgamento. c. BNDES (Empréstimo ponte): Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial ("Diamantina"), no valor total de R$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R$163.963. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento. A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). Em cumprimento dos planos de recuperação judicial, com a alienação da UPI Fase B e da UPI Brasil PCH, a Companhia amortizou o montante de R$163.857. São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial ("Alto Sertão"), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato; (ii) penhor das máquinas e equipamentos; (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL; (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores; (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs); e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima. d. Outros empréstimos - capital de giro: Banco Modal S.A.: em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina como avalistas. Em 23 de agosto de 2021, o Banco Modal, na condição de credor quirografário Classe III converteu os créditos detidos contra o Grupo Renova em ações da Companhia, quitando assim a dívida. Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R$15.893 (Nota 18) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R$9.412, bem como um saldo no valor de R$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB. As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III). Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal. Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB; ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial; iii) determina o pagamento imediato de R$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank; e iv) amortização da dívida com recursos oriundo da venda de ativos. Com a alienação da UPI Fase B e da UPI Brasil PCH, a Companhia amortizou R$159.113. Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R$54.228 e R$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Notas 1.2.3 e 1.4). São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil. e. DIP Quadra: Em 17 de dezembro de 2020, a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R$ 350.000, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova. Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R$ 362.465 que foram utilizados para retomar a obra implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A. Em 22 de novembro de 2021, com a incorporação da controlada Chipley (nota 11.3.3), a dívida foi assumida pela Companhia, que em 01 de dezembro de 2021 realizou a quitação antecipada, no montante de R$458.158, com os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH. f. Debêntures privadas: Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III -Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela controlada Chipley e pelas controladas que integram o Alto Sertão III - Fase B, conforme resumo a seguir:

Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/12/2021
24/03/2020	Chipley	4ª	51.000	24/03/2025	–
05/03/2021	Chipley	5ª	348.519	05/03/2026	–
08/03/2021	Chipley	6ª	20.210	08/03/2026	–
24/03/2021	Chipley	7ª	20.400	24/03/2026	–
05/04/2021	Fase B	8ª	50.730	24/03/2025	50.863
01/09/2021	Chipley	9ª	6.872	01/09/2026	–
03/09/2021	Fase B	10ª	9.077	03/09/2026	9.087
			506.808		59.950

As debêntures subscritas pela controlada Chipley foram extintas em razão da incorporação da Chipley pela Companhia (nota 11.3.3).

16. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a pagar	2.922	101	–	–
CSLL a pagar	1.079	19	–	–
COFINS a recolher	145	15	103	11
PIS a recolher	25	3	18	2
Tributos sobre folha de pagamento	1.445	1.091	1.445	1.091
Tributos retidos de terceiros	3.517	3.828	858	2.926
Tributos sobre operações de mútuo	94	12	77	12
Tributos em parcelamento	21.002	25.963	10.419	4.798
Outros tributos a recolher	72	521	–	–
	30.301	31.553	12.920	8.840
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(361)	(214)	–	–
TOTAL	29.940	31.339	12.920	8.840
Apresentados como:				
Circulante	15.719	11.064	5.374	5.179
Não circulante	14.221	20.275	7.546	3.661
Total	29.940	31.339	12.920	8.840

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R$10.419 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R$ 2.814, ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é R$ 983 e iii) parcelamento da controlada Chipley assumido pela Companhia com a incorporação, no montante de R$6.622. Em 2019, determinadas controladas como a Chipley SP Participações, Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros. Em dezembro de 2020, as controladas Chipley SP Participações e Renova Comercializadora de Energia parcelaram débitos IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de "Tributos em parcelamento" no consolidado no quadro acima. Os saldos de IRPJ e CSLL a pagar decorrem do resultado tributável apurado pela controlada Renova Comercializadora de Energia em decorrência do recebimento de valores de ressarcimento de gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização com determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III.

17. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Eletrobras	12.890	3.640
CCEE	36.418	17.373
Total	49.308	21.013
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(12.890)	(3.640)
Total do circulante	36.418	17.373
Não circulante		
Eletrobras	13.776	12.432
CCEE	38.870	40.778
	52.646	53.210
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	(13.776)	(12.432)
Total do não circulante	38.870	40.778
Total	75.288	58.151

Do saldo apresentado no quadro acima, R$34.056 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.4. **Eletrobrás:** O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente. Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente as suas PCHs, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 15,35 R$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor. **CCEE:** Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual - ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%. Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior. **17.1 Movimentação:** A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)	31/12/2021
Eletrobras	–	17.903	–	(7.309)	–	(10.594)	–
CCEE	58.151	–	30.312	(13.455)	280	–	75.288
Total do passivo	58.151	17.903	30.312	(20.764)	280	(10.594)	75.288

	31/12/2019	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	31/12/2020
Eletrobras	22.777	2.433	–	(9.138)	–	(16.072)	–
CCEE	41.577	–	17.593	(1.161)	142	–	58.151
Total do passivo	64.354	2.433	17.593	(10.299)	142	(16.072)	58.151

18. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Penalidades Regulatórias(a)	74.748	61.080	–	–
Outros(b)	117.659	136.732	112.391	96.803
Total	192.407	197.812	112.391	96.803
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 29.2)	(776)	(1.051)	–	–
Total	191.631	196.761	112.391	96.803
Apresentados como:				
Circulante	100.520	93.538	56.153	29.105
Não circulante	91.111	103.223	56.238	67.698
Total	191.631	196.761	112.391	96.803

(a) Refere-se a valores provisionados em favor da: i) ANEEL no montante de R$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019 e ii) CCEE no montante de R$13.668 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014; (b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado futuramente seja por meio do plano de recuperação judicial, em caso de concursalidade, seja por outros meios, inclusive um possível encontro de contas contra créditos futuros, em caso de não sujeição de tal crédito ao plano de recuperação judicial, no montante de R$43.391 (Nota 1.2.4); ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos* no montante de R$25.375; iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 15.6, no montante atualizado de R$16.059 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4, no montante de R$28.526, sendo R$89 na Classe I, R$28.389, na Classe III e R$48 na Classe IV; e v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R$3.480. Nota (*): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação. **19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R$181.068 (2020, R$132.826), sendo R$77.988 (2020, R$28.825) cíveis, R$7.422 (2020, R$8.772) trabalhistas, R$95.094 (2020, R$92.291) fiscais e R$564 (2020, R$438), administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.944	8.757	89.318	156	–	195.175
Adição	17.157	1.060	–	168	–	18.385
Atualização	205	757	2.918	49	–	3.929
Baixa	(83.888)	(2.358)	–	–	–	(86.246)
Pagamento	(6.392)	–	–	–	–	(6.392)
Total	24.026	8.216	92.236	373	–	124.851
Honorários de êxito	4.799	556	55	65	2.500	7.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição(a)	61.451	188	–	–	–	61.639
Atualização	2.090	820	2.816	115	–	5.841
Baixa(b)	(14.636)	(2.400)	–	–	–	(17.036)
Total	77.730	7.380	95.107	553	2.500	183.270
Honorários de êxito(c)	258	42	(13)	11	(2.500)	(2.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	–	181.068

(a) refere-se substancialmente a constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir; (b) Refere-se substancialmente a reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas, bem como a transferência de valores a pagar relacionados a processos trabalhistas que compõem os credores do plano de recuperação judicial para a rubrica de outras contas a pagar, conforme divulgado na nota 1.4, no montante de R$734 referente a Classe I; (c) refere-se a complemento da provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável, constituídas com base na avaliação realizada pela Administração da Companhia nos processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos honorários relacionados a Regulatório foi transferido para a rubrica de fornecedor tendo em vista a finalização do processo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R$640.808 (31 de dezembro de 2020, R$963.648), sendo R$636.409 (31 de dezembro de 2020, R$956.824) cíveis, R$1.519 (31 de dezembro de 2020, R$2.765) administrativas e R$2.879 trabalhistas (31 de dezembro de 2020, R$4.060), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas: Prováveis: (i) Cíveis - refere-se basicamente a: a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R$15.496; b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista no Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R$50.849. (vide nota 32.3); c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R$11.643 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas. A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. Possíveis: Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R$362.328 (R$313.393, 31 de dezembro de 2020) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso. b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R$274.081 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial. **19.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos:** A Companhia tem a informação de que ainda existem inquéritos policiais conduzidos pela Polícia Federal (Operação "E o Vento Levou") e o conduzido pela Polícia Civil de Minas Gerais ("Investigação Mineira") ainda não finalizados. Em março de 2022, um dos inquéritos da operação "E o Vento Levou" que se encontrava no ministério Público Federal foi encaminhado à Justiça Federal de São Paulo. A Companhia continua à disposição para colaborar com as investigações, sem prejuízo de avaliar, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à proteção de seu patrimônio e de sua imagem perante nossos stakeholders. Conforme amplamente divulgado, inclusive em exercícios anteriores, após investigações internas com empresa e escritório re nomados ("Investigadores Independentes") juntamente com o Comitê de Monitoramento nomeado pelo Conselho de Administração, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de determinados contratos. Em detida avaliação do relatório dos Investigadores Independentes, a Administração concluiu que dada as naturezas dos lançamentos contábeis de tais contratos em exercícios anteriores, não se tem qualquer produção de impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não obstante, mantem-se em discussão em sede de Recurso Voluntário (pendente de julgamento), após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, o auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. Os resultados das investigações internas deram ensejo ao fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia, mediante a criação, desde março de 2020, de uma Diretoria Independente de Governança, Riscos e Conformidade, com o objetivo de aprimoramento contínuo, avaliação detidas as operações e controle de suas atividades em seu mais alto grau de segurança. Nesse sentido, a Companhia tem investido em diversos planos de ação contínuos: i. Aprimoramento do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades; ii. Implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias; iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia; iv. Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco; v. Comunicação e treinamento de colaboradores relacionadas ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção, LGPD; vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades; vii. Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros; viii. Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de aquisição de bens e serviços e de arrendamentos, permitindo um maior controle, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta; ix. Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal; x. Reforço dos protocolos de segurança do trabalho com seus fornecedores e colaboradores nas obras e escritórios da Companhia contribuindo para minimização dos riscos de disseminação da COVID 19; xi. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*; xii. Avaliação das práticas de ESG (ambiental, social e governança, em português), em linha com os requisitos do *Global Reporting Initiative* ("GRI") e planejamento estratégico da Companhia para avaliação de maturidade dos nossos indicadores ESG, com o objetivo de aprimoramento contínuo; e xiii. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia. Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa e mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa. Para além da conformidade com leis e regulamentos, a Companhia ciente do seu papel relevante para a transição energética para o segmento renovável no Brasil, está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas), a saber: 7 Energias Renováveis e Acessíveis, 13 Ação climática, 16 Paz, justiça e instituições eficazes e 11 Cidades e comunidades sustentáveis. Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas abaixo relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos. b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 36% de mulheres em posições de liderança. c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores. d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção. e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos. **20. Provisão para contrato oneroso:** Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. O contrato está incluso no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesse contrato estava inferior ao preço da energia que estava sendo comprada para atendê-lo, a Companhia identificou esse contrato como oneroso. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R$23.465, (R$18.335, em 31 de dezembro de 2020), assim a Companhia realizou provisão complementar de R$5.130. **21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas: a) Capital autorizado:** De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R$5.002.000. **b) Capital social:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme segue:

Data	Evento	Valor	Ações ON	Ações PN	Total de ações
06/05/2021	1ª Janela do Pedido de Conversão	334.397	19.502.468	38.920.274	58.422.742
23/08/2021	2ª Janela do Pedido de Conversão	54.763	4.666.882	4.670.700	9.337.582
	Total	389.160	24.169.350	43.590.974	67.760.324

As novas ações ordinárias foram emitidas ao preço de R$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos) por ação e as novas ações preferenciais, ao preço de R$ 5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos) por ação. O preço de emissão das ações foi determinado de acordo com o preço médio diário ponderado pelo volume diário de negociações das ações ordinárias e preferenciais, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data do pedido de Recuperação Judicial das sociedades do Grupo Renova, em 16 de outubro de 2019, nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, da cláusula 14.1.3, do Plano Sociedades Consolidadas, e da cláusula 12.1.3, do Plano ASIII Fase A. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$3.349.936 (R$2.960.776, em 31 de dezembro de 2020) dividido em 109.480.048 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 55.521.868 ações ordinárias e 53.958.180 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

	Ações ON		Ações PN			
Renova Energia	Quantidade	%	Quantidade	%	Total de Ações	% do Capital Social Total
Bloco de Controle[1]	26.328.648	47,42%	1	0,00%	26.328.649	24,05%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	2,96%	–	0,00%	1.642.183	1,50%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	–	0,00%	884.252	0,81%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	15,65%	–	0,00%	8.686.842	7,93%
Cemig GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
Outros Acionistas	29.193.220	52,58%	53.958.179	100,00%	83.151.399	75,95%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
Ricardo Lopes Delneri	7.628.670	13,74%	18.481.269	34,25%	26.109.939	23,85%
Renato do Amaral Figueiredo	5.728.642	10,32%	5.548.741	10,28%	11.277.383	10,30%
Renato do Amaral Figueiredo[2]	36.162	0,07%	–	0,00%	36.162	0,03%
BNDESPAR	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Outros	13.363.526	24,07%	24.703.654	45,78%	38.067.180	34,77%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,00%	109.480.048	100,00%

Nota1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas; Nota 2: Ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR. Em 11 de novembro de 2021 se encerrou a 3ª janela de pedido de conversão, sem alcançar o valor mínimo agregado dos créditos, R$ 15.000, previstos nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova (Nota 32.2). **c) Custos na emissão de ações:** A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital. **d) Outros resultados abrangentes - Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, considerados efetivos da então controlada em conjunto Brasil PCH, que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM (Nota 11.3.1). Considerando a alienação da participação na controlada em conjunto Brasil PCH, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R$7.936 foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia.

22. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2021 MWh*	31/12/2020 MWh*	31/12/2021	31/12/2020
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	88.490	150.229	45.321	48.549
Operação teste dos parques eólicos	–	–	458	–
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			54.637	25.751
			100.416	74.300
Deduções s/receitas:				
(–) Tributos s/receita (PIS/COFINS)			(6.604)	(3.803)
Total			93.812	70.497

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços				
Compra de energia(1)	71.943	32.439	–	–
Custo da operação				
Serviços de terceiros	4.629	3.945	–	–
Seguros	220	205	–	–
Material de uso e consumo	893	354	–	–
Repactuação do risco hidrológico	2.232	2.141	–	–
Outros custos	24	10	–	–
	7.998	6.655	–	–
Depreciações e amortizações (Nota 12)	84	6.789	84	639
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust(2)	676	761	–	–
Taxa de fiscalização	137	128	–	–
	813	889	–	–
Total	80.838	46.772	84	639
Depesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	18.613	23.127	4.188	12.781

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	33.491	29.718	14.795	21.243
Aluguéis e arrendamentos	207	603	2	99
Viagens	1.392	611	26	95
Seguros	2.909	7.837	1.016	756
Telefonia e TI	2.817	2.320	714	845
Material de uso e consumo	529	554	120	107
Penalidades contratuais e regulatórias	–	(1.728)	–	–
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 19)	42.386	25.232	(5.673)	25.489
Outras despesas	1.634	2.217	750	823
	103.978	90.491	15.938	62.238
Depreciações e amortizações (Nota 12)	2.031	5.925	1.526	5.292
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 12.9)	9.235	3.646	–	–
Outras (receitas) despesas líquidas				
Multa sobre ressarcimento (Nota 17.1)	30.312	17.593	–	986
Penalidades contratuais e regulatórias(3)	51.868	–	36.700	–
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 12.2)	–	2.624	–	–
Tusd/Tust(2)	15.764	19.828	–	–
Taxa de fiscalização	171	84	–	–
Licenças e estudos ambientais	359	829	–	–
Contrato oneroso (Nota 20)	5.130	(14.734)	–	–
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins (Nota 9)	7.275	(285)	–	–
Outras despesas (receitas)	2.789	(4.217)	335	(4.237)
	113.668	21.722	37.035	(3.251)
Total	228.912	121.784	54.499	64.279

(1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial. A controlada Renova Comercializadora suspendeu seus contratos de compra e venda de energia entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Em agosto de 2020 a Renova Comercializadora voltou a comprar energia para atender o contrato com a LIGHTCOM. (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III. A partir de agosto de 2020 a ONS suspendeu a cobrança da Tust para os parques da Fase B. (3) Refere-se substancialmente a (i) reembolso de despesas e a multa paga ao Mubadala pelo cancelamento da operação de venda da UPI Brasil PCH (Nota 1.2.2), no montante deR$ 36.700, (ii) penalidades aplicadas pela CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R$13.668.

24. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		13.428	1.205	2.708	329
Outras receitas financeiras		1.179	(975)	422	(978)
(–) PIS/COFINS s/ receita financeira[1]		(657)	(92)	(147)	(64)
Total das receitas financeiras		13.950	138	2.983	(713)
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	15.4	(155.676)	(56.438)	(34.129)	(12.134)
Juros - partes relacionadas	26	(39.538)	(6.787)	(39.563)	(6.237)
Juros		(20.065)	(4.269)	(2.261)	(2.705)
Penalidade antecipação DIP Quadra[2]		(43.186)	–	(43.186)	–
Custo de captação do DIP	15	(14.392)	–	(14.392)	–
Perda no investimento	21.d	(7.936)	–	(7.936)	–
Atualização monetária contencioso		(5.841)	(3.573)	(5.755)	(3.823)
Juros sobre obrigação de arrendamento	13	(5.315)	(5.354)	(1.809)	(2.180)
IOF		(306)	(2.006)	(10)	(1.311)
Outras despesas financeiras		840	(870)	(878)	(512)
		(291.415)	(79.297)	(149.919)	(28.902)
Despesas financeiras PRJ					
Encargos da dívida[3]		–	61.860	–	3.005
Juros - partes relacionadas[3]		–	19.320	–	22.443
Juros[3]		–	13.139	–	1.451
Fiança bancária para dívida[3]		–	2.411	–	–
Comissões e outras penalidades (dívida)[3]		–	9.006	–	–
		–	105.736	–	26.899
Total das despesas financeiras		(291.415)	26.439	(149.919)	(2.003)
Total do resultado financeiro		(277.465)	26.577	(146.936)	(2.716)

(1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado. (2) Refere-se ao valor adicional pago à título de multa para Quadra em razão da antecipação da quitação do DIP conforme previsto em contrato. (3) De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	36.247	23.805	30.687	22.434
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(12.324)	(8.094)	(10.434)	(7.628)
Exclusões (adições) permanentes				
Despesas não dedutíveis	(5.502)	(3.404)	(5.502)	(3.257)
Resultado da equivalência patrimonial	45.637	32.398	(55.008)	31.180
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	2.691	3.798	–	–
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(5.524)	25.132	613	9.093
Prejuízo fiscal e base negativa	(30.538)	(51.201)	70.331	(29.388)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(5.560)	(1.371)	–	–
Taxa efetiva	15%	6%	–	–

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Prejuízo fiscal do exercício	–	(86.435)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	206.855	7.253
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(990.988)	(911.806)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(784.133)	(990.988)

26. Transações com partes relacionadas: 26.1. Controladora:

	Ativo 31/12/2021	Ativo 31/12/2020	Passivo 31/12/2021	Passivo 31/12/2020	Resultado financeiro 31/12/2021	Resultado financeiro 31/12/2020	Despesa 31/12/2021	Despesa 31/12/2020
Mútuo[1]								
Energética Serra da Prata S.A.	–	–	23.037	63.770	(25)	792	–	–
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	–	–	–	874	–	14	–	–
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial	–	–	–	278.554	–	2.867	–	–
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	156.229	36.889	–	–	79	–	–	–
Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial	–	2.019	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	–	1	–	–	–	–	–	–
Subtotal	156.229	38.909	23.037	343.198	54	3.673	–	–
Partes relacionadas[5, 6, 7]								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	–	–	787.836	750.320	(37.830)	4.256	–	–
Ricardo Lopes Delneri	–	–	–	174.704	(1.095)	5.380	–	–
Renato do Amaral Figueiredo	–	–	–	97.748	(613)	2.897	–	–
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	–	–	787.836	1.022.772	(39.538)	12.533	–	–
Rateio de despesa[2]								
Energética Serra da Prata S.A.	554	258	–	–	–	–	(7.080)	(3.271)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	2.413	514	–	–	–	–	(1.899)	(1.560)
Controladas - LER 2013	4.221	5.734	–	–	–	–	(7.479)	(2.786)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	601	427	–	–	–	–	(1.074)	(209)
Controladas - ACL (Light I)	6.726	8.803	–	–	–	–	(11.920)	(4.624)
Controladas - ACL (Light II)	–	5.570	–	–	–	–	(75)	(1.783)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	–	2.971	–	–	–	–	(50)	(954)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	6.124	1.518	–	–	–	–	(7.090)	(1.518)
SF 120 Participações Societárias S.A.	571	187	–	–	–	–	(681)	(187)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	816	84	–	–	–	–	(918)	(84)
Subtotal	22.026	26.066	–	–	–	–	(38.266)	(16.976)
Transferência para ativos mantidos para venda	(571)	(187)	–	–	–	–	–	–
Subtotal	21.455	25.879	–	–	–	–	(38.266)	(16.976)
Adiantamento para futuro aumento de capital[3]								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	–	–	5.000	5.000	–	–	–	–
Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial	–	99.830	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - em recuperação judicial	–	1.109	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - em recuperação judicial	–	1.210	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - em recuperação judicial	–	1.695	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - em recuperação judicial	–	1.934	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Conquista S.A. - em recuperação judicial	–	1.311	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - em recuperação judicial	–	1.055	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Tingui S.A. - em recuperação judicial	–	1.307	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - em recuperação judicial	–	798	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Macambira S.A. - em recuperação judicial	–	1.429	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - em recuperação judicial	–	1.450	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - em recuperação judicial	–	1.674	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - em recuperação judicial	–	1.371	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - em recuperação judicial	–	583	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - em recuperação judicial	–	741	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Ico S.A. - em recuperação judicial	–	696	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - em recuperação judicial	–	1.079	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - em recuperação judicial	–	693	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - em recuperação judicial	–	614	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - em recuperação judicial	–	324	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - em recuperação judicial	–	375	–	–	–	–	–	–
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - em recuperação judicial	–	1.876	–	–	–	–	–	–
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - em recuperação judicial	–	13.422	–	–	–	–	–	–
Outras participações(*)	–	1.174	–	–	–	–	–	–
Subtotal	–	137.750	5.000	5.000	–	–	–	–
Total	177.684	202.538	815.873	1.370.970	(39.484)	16.206	(38.266)	(16.976)

26.2. Consolidado

	Passivo 31/12/2021	Passivo 31/12/2020	Receita 31/12/2020	Resultado financeiro 31/12/2021	Resultado financeiro 31/12/2020
CEMIG Geração e Transmissão S.A.					
Contas a receber de clientes (venda de energia)[4]	–	–	7.070	–	–
TARD[5]	737.976	707.189	–	(30.787)	11.043
Adiantamento para futuro aumento de capital[7]	5.000	5.000	–	–	–
Outras operações com partes relacionadas[7]	49.860	43.131	–	(7.043)	(6.787)
Total	792.836	755.320	7.070	(37.830)	4.256
TARD[6]					
Ricardo Lopes Delneri	–	174.704	–	(1.095)	5.380
Renato do Amaral Figueiredo	–	97.748	–	(613)	2.897
	792.836	1.027.772	7.070	(39.538)	12.533

	Passivo 31/12/2021	Passivo 31/12/2020	Receita 31/12/2020	Resultado financeiro 31/12/2021	Resultado financeiro 31/12/2020
Apresentados como:					
Circulante					
Passivo					
Partes relacionadas (Nota 26)	49.860	43.131			
Não circulante					
Passivo					
Partes relacionadas (Nota 26)	742.976	984.641			
Total	792.836	1.027.772			

26.3. Movimentação

	Consolidado Passivo	Controladora Ativo	Controladora Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241
Adição	26.311	126.981	129.264
Amortização	–	(5.262)	(22.501)
Encargos financeiros provisionados	(12.533)	–	(16.206)
Reclassificação para outras contas a pagar	(6.828)	–	(6.828)
Transferência para ativos mantidos para venda	–	(187)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(314)	68.907	(319)
Amortização	–	(54.821)	(1.876)
Encargos financeiros provisionados	39.538	79	39.563
Capitalização dos créditos com partes relacionadas	(274.160)	–	(274.160)
Compensação dos mútuos com dividendos	–	–	(201.379)
Incorporação mútuo Chipley	–	–	(116.926)
Incorporação mútuo Chipley com Renova Comercializadora	–	134.637	–
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	–	(163.272)	–
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	–	(10.000)	–
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	–	(384)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	177.684	815.873

26.4. Resumo das operações: As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR (até março de 2020, TJLP acrescido de juros de 0,25% a.a.,). (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia. (3) Os saldos mantidos como adiantamento para futuro aumento de capital estão relacionados a: i) adiantamentos da Renova para as controladas e ii) da CEMIG GT para a Renova. (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue: a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a CEMIG GT até agosto de 2035. i. Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para junho de 2022. (5) TARDs CEMIG - Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Companhia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019. (6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo - Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Energia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019. Em 21 de dezembro de 2020, o acionista Ricardo Lopes Delneri cedeu parte dos seus créditos para terceiros. Assim o montante de R$6.828 foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (Nota 18). Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma: a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial. Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações. b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social. Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extraconcursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação. A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida. Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas (nota 21.b). Garantias às antecipações e aos TARDs: O saldo devedor dos TARDs CEMIG são garantidos da seguinte forma: (i) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios da Companhia ao sobejo obtido com a alienação da UPI Fase A composta por 100% das ações/quotas de emissão das empresas que compõem o Alto Sertão III - Fase A. (7) Outras operações com partes relacionadas: Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.713	8.883	27.264	49.860

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia. Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro. A Companhia emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas pela parte relacionada Chipley (Nota 15.6.f). **26.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$10.245 e R$10.281, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo. Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

31/12/2021	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,42	5,42	3,00	5,00	13,42
Remuneração fixa acumulada	2.222	3.061	5.283	336	498	6.117
Salário ou pró-labore	2.054	2.709	4.763	336	498	5.597
Benefícios diretos e indiretos	168	352	520	–	–	520
Remuneração variável acumulada	1.397	1.267	2.664	–	–	2.664
Bônus	291	265	556	–	–	556
Provisão Programa de participação no resultado	1.106	1.002	2.108	–	–	2.108
Benefícios pós emprego	–	10	10	–	–	10
Benefícios motivados pela cessação do cargo	361	1.093	1.454	–	–	1.454
Valor total da remuneração por órgão	3.980	5.431	9.411	336	498	10.245

31/12/2020	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	2,92	4,92	3,00	4,42	12,34
Remuneração fixa acumulada	2.594	3.055	5.649	403	474	6.526
Salário ou pró-labore	1.820	2.020	3.840	336	395	4.571
Benefícios diretos e indiretos	204	354	558	–	–	558
Outros	570	681	1.251	67	79	1.350
Gratificações fixas	47	–	47	–	–	47
Encargos decorrentes da remuneração fixa	523	681	1.204	67	79	1.350
Remuneração variável acumulada	1.345	1.039	2.384	–	–	2.384
Bônus	335	220	555	–	–	555
Provisão Programa de participação no resultado	1.010	819	1.829	–	–	1.829
Benefícios pós emprego	–	6	6	–	–	6
Benefícios motivados pela cessação do cargo	753	612	1.365	–	–	1.365
Valor total da remuneração por órgão	4.692	4.712	9.404	403	474	10.281

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2021 Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	31/12/2020 Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	3,42	3,00	5,00	2,00	2,92	3,00	4,42
Valor da maior remuneração individual	2.687	1.913	144	100	2.882	2.225	173	109
Valor da menor remuneração individual	1.293	681	96	99	1.488	2.225	115	109
Valor médio de remuneração individual	1.990	1.589	112	100	2.346	1.615	134	107

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, o montante de até R$6.473 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022. No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso. **27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas. **a) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

Consolidado	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Contábil 31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	354.110	10.237	354.110	10.237
Aplicações financeiras	5.278	37.914	5.278	37.914
Contas a receber de clientes	6.231	4.220	6.231	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	254	296	254	296
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	115.880	45.492	115.880	45.492
Empréstimos e financiamentos	252.508	380.461	252.508	380.461
Partes relacionadas	49.860	43.131	49.860	43.131
Não circulante				
Fornecedores	199.276	301.826	199.276	301.826
Empréstimos e financiamentos	944.957	1.082.641	944.957	1.082.641
Partes relacionadas	742.976	984.641	742.976	984.641

Controladora	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Contábil 31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	234.209	10.070	234.209	10.070
Contas a receber de clientes	–	150	–	150
Partes relacionadas	21.455	25.879	21.455	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	254	296	254	296
Partes relacionadas	156.229	176.659	156.229	176.659
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	33.057	9.485	33.057	9.485
Empréstimos e financiamentos	252.303	380.348	252.303	380.348
Partes relacionadas	49.860	43.131	49.860	43.131
Não circulante				
Fornecedores	31.404	44.067	31.404	44.067
Debêntures privadas	59.950	51.137	59.950	51.137
Partes relacionadas	766.013	1.327.839	766.013	1.327.839

b) Categorias de instrumentos financeiros: A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Consolidado	31/12/2021 Valor justo por meio do resultado	31/12/2021 Custo amortizado	31/12/2020 Valor justo por meio do resultado	31/12/2020 Custo amortizado
Ativos Financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	354.110	–	10.237	–
Aplicações financeiras	5.278	–	37.914	–
Contas a receber de clientes	–	6.231	–	4.220
Não circulante				
Aplicações financeiras	254	–	296	–
Passivos Financeiros				
Circulante				

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Fornecedores	–	115.880	–	45.492
Empréstimos e financiamentos	–	252.508	–	380.461
Partes relacionadas	–	49.860	–	43.131
Não circulante				
Fornecedores	–	199.276	–	301.826
Empréstimos e financiamentos	–	944.957	–	1.082.641
Partes relacionadas	–	742.976	–	984.641

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	234.209	–	10.070	–
Contas a receber de clientes	–	–	–	150
Partes relacionadas	–	21.455	–	25.879
Não circulante				
Aplicações financeiras	254	–	296	–
Partes relacionadas	–	156.229	–	176.659
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	–	33.057	–	9.485
Empréstimos e financiamentos	–	252.303	–	380.348
Partes relacionadas	–	49.860	–	43.131
Não circulante				
Fornecedores	–	31.404	–	44.067
Debêntures privadas	–	59.950	–	51.137
Partes relacionadas	–	766.013	–	1.327.839

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição		Valor justo em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo em 31/12/2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	392.147	392.147	–	–

		Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.210	38.210	–	–

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2. **d) Risco de Mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 15, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI. **e) Análise de sensibilidade (Consolidado):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram adotadas as seguintes premissas: • definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I); • definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e • apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas. Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2021	9,15%	9,15%	9,15%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	392.147	392.147	392.147
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	11,50%	8,63%	5,75%
	Perda anual nas aplicações financeiras	–	(2.098)	(13.588)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.185.638	1.185.638	1.185.638
	Partes relacionadas:	787.836	787.836	787.836
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	11,50%	14,38%	17,25%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	(49.073)	(109.108)	(169.144)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 9,15%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (8,63% a.a.) e 50% (5,75% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (14,38% a.a.) e 50% (17,25% a.a.). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. **f) Risco de Liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 15. A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.4. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia. **f.1) Tabela do risco de liquidez e juros:** As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

					Consolidado
Instrumentos a taxa de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe I	19.817	–	–	–	19.817
Classe II	100	100	233.359	699.777	933.336
Classe III	100	100	87.614	412.572	500.386
Classe IV	3.562	–	–	–	3.562
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	252.302	–	–	–	252.302
Partes relacionadas	–	–	792.836	–	792.836
Total	275.881	200	1.113.809	1.112.349	2.502.239

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil	
		Consolidado	
Ativos financeiros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Contas a receber de clientes	8	6.231	4.220

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **h) Gestão de capital**

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.990.301)	(2.490.874)
Patrimônio líquido negativo	(655.320)	(1.107.637)
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	359.642	48.447
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	(2.285.979)	(3.550.064)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida. A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova. **i) Risco hidrológico:** O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espra, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais. **28. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	30.687	22.434
Lucro básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	74.478	41.720
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	0,41	0,54
Lucro diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	74.478	41.720
Lucro diluído por ação (em R$)	0,41	0,54

29. Ativos classificados como mantidos para venda: Conforme mencionado na Nota 1.4, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda. **29.1 Controladora:**

Ativos classificados como mantidos para venda	31/12/2021
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	126.213
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.136
Projetos eólicos em desenvolvimento	38.010
Total	176.233

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	11.457

29.2 Consolidado: Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

Ativos	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	5.483	5.483
Aplicações financeiras	–	–	33.379	33.379
Contas a receber de clientes	–	–	6.591	6.591
Tributos a recuperar	–	–	9	9
Adiantamentos a fornecedores	–	–	19	19
Despesas antecipadas	–	–	191	191
Total dos ativos circulantes	–	–	45.672	45.672
Não circulantes				
Cauções e depósitos vinculados	–	–	12.322	12.322
Depósitos judiciais	–	–	270	270
Tributos diferidos	–	–	2.052	2.052
Partes relacionadas	–	–	38.517	38.517
Imobilizado	15.818	110.194	149.580	275.592
Total dos ativos não circulantes	15.818	110.194	202.741	328.753
Total dos ativos	15.818	110.194	248.413	374.425
Passivos e patrimônio líquido	**SF 120 - Mina de Ouro**	**Projetos em desenvolvimento**	**Enerbras**	**Total**
Circulantes				
Fornecedores	–	–	1.079	1.079
Empréstimos e financiamentos	–	–	11.941	11.941
Tributos a recolher	–	–	361	361
Contas a pagar - Eletrobras	–	–	12.890	12.890
Dividendos a pagar	–	–	27.139	27.139
Partes relacionadas	571	–	554	1.125
Outras contas a pagar	–	–	1.324	1.324
Arrendamentos a pagar	60	3.677	385	4.122
Total dos passivos circulantes	631	3.677	55.673	59.981
Não circulantes				
Empréstimos e financiamentos	–	–	41.749	41.749
Contas a pagar - Eletrobras	–	–	13.776	13.776
Arrendamentos a pagar	788	7.604	10.536	18.928
Outras contas a pagar	–	–	466	466
Total dos passivos não circulantes	788	7.604	66.527	74.919
Patrimônio líquido				
Capital social	12.938	–	101.955	114.893
Recursos para futuro aumento de capital	20	–	–	20
Reservas de capital	–	–	4.237	4.237
Reserva de lucros	–	–	20.021	20.021
Lucro (prejuízo) acumulado	(393)	–	–	(393)
Total do patrimônio líquido	12.565	–	126.213	138.778
Total dos passivos e do patrimônio líquido	13.984	11.281	248.413	273.678

(*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as controladas classificadas como mantidas para venda e a Companhia, no valor total de R$27.693.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda	Enerbras	SF120	Total
Receita	43.813	–	41.730
Custos e despesas	(22.706)	(320)	(23.026)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	19.024	(320)	18.704
Resultado financeiro	(4.603)	–	(4.603)
Imposto de renda e contribuição social	(1.808)	–	(1.870)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.696	(320)	12.231
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda			
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	27.604	(320)	27.284
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	15.233	(382)	14.851
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(12.120)	702	(11.418)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	30.717	–	30.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.895	–	6.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.612	–	37.612
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	30.717	–	30.717

30. Cobertura de Seguros: A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

		Risco de operação	
		Vigência	
Objeto da Garantia	**Importância Segurada**	**Início**	**Fim**
Riscos operacionais	R$ 74.116	25/10/2016	25/10/2022
Responsabilidade civil	R$ 30.000	25/10/2016	25/10/2022

		Risco de construção	
		Vigência	
Objeto da Garantia	**Importância Segurada**	**Início**	**Fim**
Garantia executante construtor (LER 2014)	R$ 5.334	17/04/2019	18/04/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R$ 19.050	15/03/2018	13/05/2022
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R$ 34.460	28/04/2014	31/01/2023
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R$ 40.560	19/09/2014	31/01/2023
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R$ 20.520	07/03/2013	31/01/2023
Responsabilidade civil	R$ 20.000	14/11/2014	27/03/2022
Risco de engenharia	R$ 2.523.189	14/11/2014	23/10/2022

		Risco de administração e portfólio	
		Vigência	
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores - D&O	R$ 50.000	31/01/2018	31/01/2023
Seguro empresarial dos escritórios	R$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R$ 915	07/11/2019	07/11/2022
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R$ 5.000	29/03/2021	29/03/2022

31. Transações não envolvendo caixa: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial	11.3	24.534	357	24.534	357
(Aumento) redução de capital em controladas com ativo imobilizado	11.3.2	–	–	–	(45.867)
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	11.3.2	–	–	35.522	–
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de adiantamento para futuro aumento de capital	11.3.2	–	–	137.750	–
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	11.3.2 e 21.b	80.716	–	102.290	–
Direito de uso - arrendamento	12	3.857	432	796	(1.575)
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	12	15.372	3.034	550	2.004
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de terceiros - Empréstimos	15.4 e 21. b	21.574	–	–	–
Contingências x Outras contas a pagar	19	(734)	(77.865)	(734)	(62.531)
Depósitos judiciais x Contingências	19	–	(6.392)	–	(6.392)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	21.b e 26.3	274.160	–	274.160	–
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Outras Contas a Pagar	21.b	11.106	–	11.106	–

32. Eventos subsequentes: 32.1 Venda de ativos - Complexo Cordilheira dos Ventos: Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. ("AES GF1"), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW. Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo. **32.2 Janela de conversão de crédito:** Em 09 de fevereiro de 2022, a Administração da Companhia informou em Comunicado ao Mercado o início da 4ª Janela de Pedido de Conversão, na qual credores das sociedades do Grupo Renova podem manifestar o seu interesse na conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos da cláusula 14 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais Sociedades Consolidadas, e da cláusula 12 do Plano de Recuperação Judicial da Alto Sertão e demais sociedades que integram a Fase A do Projeto Alto Sertão III. No dia 10 de março de 2022 essa janela foi encerrada sem alcançar o valor mínimo agregado dos créditos de R$ 15.000 previstos nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova. **32.3 Rescisão Contrato Light:** Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV") por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre. Por força da sentença arbitral e da decisão relativa aos pedidos de esclarecimentos que a sucederam, foi reconhecido o direito ao recebimento, pela LightCom, de R$ 50.000 (valor histórico do início do procedimento, em junho de 2020), a título de indenização pela rescisão do referido contrato, valor este que estará sujeito às condições de pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova. Em 10 de março de 2022 foi publicada no Diário de Justiça eletrônico a decisão do Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) que deferiu a liminar para suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Deste modo o contrato volta a vigorar imediatamente.

Declaração da Administração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Marcelo José Milliet - Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos - Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Diretoria

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Contadora

Gina Abreu Batista dos Santos - CRC 027321-O-BA

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **RENOVA ENERGIA S.A**. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, **os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação dos acionistas.**

São Paulo, 28 de março de 2022

Daniel Alves Ferreira - Presidente do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal:

Daniel Alves Ferreira

Guilherme Augusto Duarte de Faria

Márcio Hideyuki Momo

Fernando Dal-Ri Murcia

Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior

continua

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 0B3066A1-5097-439B-856B-C756878AB0A2

RENOVA ENERGIA

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.534.605/0001-74

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A. - em recuperação judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. - em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. - em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) Captação de empréstimos DIP (nota 15); ii) alienação da UPI Fase B (nota 1.2.1); iii) alienação da UPI Brasil PCH (nota 1.2.2); iv) quitação de empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) alienação da UPI Enerbras (nota 1.2.3); vi) busca de compradores para os projetos em desenvolvimento (nota 32.1); e vii) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de *Impairment* de ativo imobilizado

Conforme apresentado na Nota Explicativa n° 12, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo imobilizado o montante de R$ 1.563.586 mil (consolidado). A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados às suas operações com expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, em caso de indícios de irrecuperabilidade, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado do teste anual de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas observaram a existência de indicativos de desvalorização de certos ativos imobilizados, e consequentemente reconheceram uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R$ 9.235 mil (nota 23). A Companhia e suas controladas realizam teste de *impairment*, baseado no valor em uso, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, considera o método do fluxo de caixa descontado, o qual possui diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação e crescimento econômico que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos, além do volume e preço de venda de energia, prazos de continuidade da operação e gastos para reparação e manutenção dos equipamentos, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido à relevância dos saldos dos ativos da Companhia e suas controladas e às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos por parte da Administração. Consideramos que esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria foram realizados com apoio de especialistas em finanças corporativas, e incluíram, entre outros:
(i) Análise das projeções de resultados e do julgamento empregado pela Administração da Companhia e suas controladas nas estimativas aplicadas;
(ii) Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas nas projeções de resultados;
(iii) Avaliação se a metodologia empregada na determinação de aspectos como taxa de desconto, modelo de cálculo, dentre os aspectos requeridos;
(iv) Confronto de informações históricas inseridas no cálculo, com base nas informações contábeis da Companhia e suas controladas;
(v) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos bens do ativo imobilizado, requerendo como observação e emprego de aprimoramento com base em melhores práticas de mercado, a avaliação de fatores de risco, seja na projeção e na taxa de desconto, muito embora, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 19, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2021, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R$ 181.068 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R$ 640.808 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
(ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
(iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
(iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Plano de Recuperação Judicial - venda de ativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1.4, em 18 de dezembro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores e teve a decisão proferida e homologada. O plano inicial foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais sociedades em recuperação judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas foram executadas vendas de diversos ativos, conforme previsto no plano: UPI Fase B; UPI Brasil PCH; e UPI Enerbras. Considerando os eventos existentes e a relevância dos valores envolvidos nas vendas desses ativos, assim como, a complexidade dos critérios de reconhecimento de receitas e custos, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) Leitura e análise da documentação relacionada aos processos de vendas dos ativos;
(ii) Verificação dos recebimentos dos recursos originados das vendas dos ativos;
(iii) Revisão dos critérios contábeis de reconhecimento de receita e custo;
(iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador - CRC 1 BA 017715/O-5 - S - SP

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*